

Veículo: Site Folha do Estado	Online
Data: 25/10/2020	Caderno: Notícias

**FOLHA DO ESTADO**  
DA BAHIA

## Municípios

[todas as notícias](#)>

# Estado já investiu R\$ 13,7 bilhões desde 2015

Estado lidera ranking junto com São Paulo

25/10/2020 às 10:50h



Crédito: Manu Dias/GOVBA

O governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2020 e mais uma vez está entre os líderes em destinação de recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento a demandas da população. São Paulo somou R\$ 42,4 bilhões no período e ocupa a primeira posição entre os executivos estaduais em termos absolutos.

Na proporção dos respectivos orçamentos, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

O Rio de Janeiro, que sediou as Olimpíadas em 2016 e contou com ampla ajuda federal para a organização do evento internacional, ficou em terceiro no ranking com R\$ 12,9 bilhões investidos. Em seguida vêm Ceará, com R\$ 11,7 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 8,2 bilhões. Completam as dez primeiras posições Pará, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Pernambuco.

Os dados foram extraídos do Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, publicado pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Economia.

### Equilíbrio fiscal

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia do novo coronavírus, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto.

“Continuar investindo significa gerar emprego e renda em um momento difícil para a população, em especial num caso como o nosso, em que o orçamento do setor público equivale a um quinto do PIB, peso relativo bem mais alto que nos estados mais ricos”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

O secretário observa, no entanto, que o desafio tende a se intensificar daqui para a frente. A pandemia trouxe perdas na arrecadação tomando-se como parâmetro os números de 2019, que já não refletem a realidade financeira de 2020, pressionada pela expansão nos gastos necessários ao enfrentamento da crise sanitária, lembra Vitório.

O titular da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) ainda ressalta que a Bahia mantém a máquina pública em pleno funcionamento e segue em dia com os pagamentos a servidores e fornecedores, mas o impacto das crises sanitária e fiscal sobre as contas públicas tende a se amplificar em 2021. “O pacote de ajuda federal foi importante, mas incapaz de alterar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia”, alerta.

O período entre 2015 e 2020, entretanto, já vinha sendo marcado por crises sucessivas na economia brasileira, acrescenta Vitório, que atribui a sustentação da capacidade de investimento da Bahia ao longo desses seis anos a um bem sucedido trabalho de garantia do equilíbrio fiscal sob a liderança do governador Rui Costa, baseado em controle do gasto, modernização tecnológica do fisco baiano e combate à sonegação.

No âmbito das receitas próprias, a participação da Bahia na arrecadação nacional do ICMS, que era de 4,53% em 2014, encerrou o ano de 2019 em 4,85% – cada variação de 0,1% corresponde a R\$ 480 milhões.

Já no que diz respeito às despesas, a Bahia obteve entre 2015 e 2019 a expressiva economia real de R\$ 5,9 bilhões, conquistada devido a ações de qualificação do gasto público que incluíram a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina pública.

## **Investimentos**

As principais áreas de concentração dos investimentos baianos desde 2015 foram infraestrutura, mobilidade, saúde, educação e segurança pública. Entre as principais obras realizadas no período estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), além da construção e da recuperação de estradas e da implantação de obras de segurança hídrica para minimizar os efeitos da seca.

Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais e 16 policlínicas regionais, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a bem sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março deste ano.

Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacau, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que estará em operação a partir de fevereiro de 2021.

As policlínicas regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.

Veículo: RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA AM 740 SALVADOR	
Data: 27/10/2020	Programa: SOCIEDADE URGENTE
Assunto: Entrevista com o <b><u>superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luiz Souza</u></b> , sobre o sistema e-Fiscalização, cruzamento de dados, autorregularização e combate à sonegação fiscal entre outros.	

**Data:** 27/10/2020

**Hora:** 07:20:34

**Duração:** 23:04

**Emissora:** RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA AM 740 SALVADOR

**Programa:** SOCIEDADE URGENTE

**Apresentador (a):** Adelson Carvalho

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Entrevista com o **superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luiz Souza**, sobre o sistema e-Fiscalização, cruzamento de dados, autorregularização e combate à sonegação fiscal entre outros.

## Voto do relator contra o ITCMD não beneficiaria todos os contribuintes

Dias Toffoli entende que decisão só poderia ter efeito após publicação de acórdão

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

27/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Relator, ministro Dias Toffoli: adoção de medida pouquíssimo utilizada nos julgamentos realizados pelo Supremo — Foto: Divulgação



O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em que se discute a possibilidade de os Estados tributarem doações e heranças de bens localizados no exterior tem apenas dois votos e só esses já estão causando um grande alvoroço no meio jurídico. O motivo está na “modulação de efeitos” sugerida pelo relator, o ministro Dias Toffoli. Ele votou contra a cobrança, mas propôs que a decisão tenha efeitos somente para as transferências que ocorrerem depois da publicação do acórdão.

Toffoli já tem o apoio do ministro Edson Fachin. Eles são os únicos que têm votos nesse processo. O julgamento havia se iniciado na última sexta-feira, por meio do Plenário Virtual, e foi suspenso no fim de semana por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

Se o entendimento de Toffoli prevalecer, todos aqueles contribuintes que têm ações ajuizadas sobre o tema terão que pagar o imposto. Trata-se de uma medida pouquíssimo utilizada no STF. Só foi adotada três vezes desde que os ministros, em 2006, passaram a admitir a chamada modulação de efeitos.

As decisões proferidas pela Corte, em regra, tem efeito *ex tunc*, ou seja, produzem efeitos desde o momento da edição da norma que foi declarada inconstitucional. E, nesse caso, todos os contribuintes podem, na Justiça, pedir o reembolso pelos pagamentos indevidos no passado.

Se houver modulação, no entanto, há duas possibilidades: permitir que apenas aqueles que já tinham ação em andamento sejam reembolsados - a situação mais comum - ou vetar a devolução dos valores para todo mundo até determinada data, como sugere, agora, o ministro Dias Toffoli. É o que os advogados chamam de “ganha, mas não leva”.

“Traz muita preocupação para a advocacia tributária. Acende diversos alertas. Seja porque essa modulação acaba privilegiando leis inconstitucionais, seja porque há uma série de decisões ainda pendentes na Corte e que, se esse entendimento prevalecer, podem seguir pelo mesmo caminho”, diz Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon.

A modulação de efeitos é um dos pontos mais sensíveis, por exemplo, da chamada “tese do século”. Os ministros decidiram por excluir o ICMS do cálculo do PIS e da

Cofins em março de 2017. Em outubro daquele ano a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou embargos contra a decisão, que ainda não foram julgados (RE 574.706).

No recurso, a PGFN pede que a decisão passe a valer a partir de janeiro de 2018. O órgão alegou, dentre outros pontos, questões orçamentárias. Uma das razões seria a inclusão do passivo gerado no orçamento da União, o que só ocorreria, por meio de lei, no ano seguinte ao do julgamento.

Há apreensão do mercado em relação a esse julgamento. A discussão tem quase duas décadas e as empresas contam com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS. Há casos de companhias que já tiveram ações encerradas e estão usando créditos do passado para quitar tributos.

O processo que está, agora, em discussão no STF - e pode acabar respingando na “tese do século” e em outras discussões tributárias - foi apresentado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) de São Paulo. Os procuradores contestam decisão do Tribunal de Justiça (TJ-SP) que afastou a cobrança do ITCMD. A alíquota cobrada, no caso, é de 4% sobre a herança que a advogada Vanessa Andreatta recebeu do pai, residente da Itália (RE 851108).

Ela afirma que irá requerer, no STF, o deslocamento do caso do Plenário Virtual para o físico, que atualmente ocorre por meio de videoconferência. A advogada acredita que o debate será mais eficiente se houver uma troca de ideias em tempo real entre os ministros.

No Plenário Virtual, não há um debate visível ao público. Os julgamentos se iniciam sempre às sextas-feiras e os ministros têm até uma semana para liberar os seus votos no sistema.

Esse julgamento sobre ITCMD ocorre em repercussão geral. A decisão, quando proferida, terá de ser replicada a todos os processos no país. Dos 27 Estados, 22 têm normas para tributar as doações ou heranças de bens localizados no exterior.

A discussão, aqui, é saber se o imposto tem que ser instituído, obrigatoriamente, por lei complementar federal ou se os Estados podem, por meio de normas próprias, estabelecer a cobrança.

Em São Paulo existem pelo menos 200 processos aguardando a decisão do Supremo. O impacto, para a arrecadação do Estado, está estimado em R\$ 5,4 bilhões, incluindo eventuais devoluções do que foi pago pelos contribuintes.

A maior parte do valor está atrelada a ações ajuizadas por uma única família. São cerca de R\$ 2 bilhões em impostos. Os herdeiros, toda vez que recebem doações do patriarca, que reside no exterior, apresentam mandados de segurança preventivos contra os 4% de ITCMD. São 30 processos e R\$ 46 bilhões em doações.

Para a advogada Vanessa Andreatta, é preciso levar em conta, no entanto, que nem todos os casos são bilionários e que existem outros métodos para o Estado cobrar o ITCMD quando considerar, por exemplo, que houve fraude ou um planejamento tributário abusivo. “Não é justo deixar de lado os milhares de cidadãos que confiaram na clareza da norma constitucional”, diz.

Entre os anos de 2006 e 2019, o STF recebeu 25 pedidos de modulação de efeitos sobre questões tributárias. Os ministros negaram 17 e aplicaram a modulação em oito casos - sendo que em apenas três desses oito eles não preservaram as ações em andamento.

Esse levantamento foi feito pelos advogados Leonel Pittzer e Ariel Möller para fins acadêmicos e vem sendo atualizado ano a ano. “É preciso ter cuidado porque a modulação pode estimular condutas imorais do Fisco”, diz Pittzer. Möller acrescenta que, no caso do ITCMD, a modulação proposta pode estimular uma corrida dos Estados para cobrar o imposto antes que se feche “a janela de tempo”, que, no caso, seria a publicação do acórdão.

Os advogados chamam a atenção, no entanto, que os três casos em que houve modulação de efeitos e os ministros não resguardaram as ações em tramitação são bastante “peculiares”. Dois deles, por exemplo, não envolviam a devolução de tributos.

Um desses casos é a ADI 4171, julgada em 2015, que tratou da incidência do ICMS sobre álcool combustível misturado à gasolina. A discussão envolvia a repartição da receita tributária entre Estados - não havia o contribuinte, na ponta, buscando a devolução de valores.

O outro é a ADPF 190, de 2016, sobre a redução da base de cálculo do ISS. Os ministros proibiram os municípios de conceder benefício fiscal em que o valor a ser recolhido pelo contribuinte fosse menor do que a alíquota mínima fixada pela Lei Complementar nº 116, de 2003.

O terceiro caso, único que envolvia ações de contribuintes com pedidos de devolução dos pagamentos indevidos, é a ADI 3106, de 2015. O STF decidiu sobre uma cobrança compulsória imposta por Minas Gerais aos seus servidores. A arrecadação serviria para o financiamento de atendimento à saúde - o que, na visão dos ministros, só poderia ocorrer de forma voluntária. Para eles, a decisão não poderia ter efeito retroativo porque os serviços relativos à saúde haviam sido prestados.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Compre e ganhe cashback em qualquer conta

BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

App grátis vira o segredo de empreendedores de sucesso em Salvador: use agora

OLIST

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que cria e regenera novos fios de cabelo após os 40 anos de idade

FOLICAPS

### LINK PATROCINADO

Se encante com as belezas que só o Brasil pode oferecer

ALL- ACCOR LIVE LIMITLESS

### LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE

Veículo: Estadão	
Data: 27.10.2020	Caderno: Economia



## STF suspende julgamento sobre tributação por Estados de herança enviada do exterior

Placar está em 2 a zero para declarar inconstitucional a cobrança do ITCMD quando patrimônio for enviado de fora do País para residentes no Brasil até que haja lei complementar federal regulando a questão

**Breno Pires, O Estado de S.Paulo**

26 de outubro de 2020 | 15h21

BRASÍLIA - O **Supremo Tribunal Federal (STF)** interrompeu um julgamento no plenário virtual que discute se Estados podem cobrar **impostos** de pessoas que tiverem recebido heranças ou doações originadas do exterior. Um pedido de vista do ministro **Alexandre de Moraes** suspendeu a votação, que não tem data para ser retomada.

O placar está em 2 a 0 para declarar inconstitucional a cobrança do **Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)** quando o patrimônio herdado ou doado é enviado de fora do País a residentes no **Brasil**, até que haja uma lei complementar federal regulando a questão. Mas essa proibição só valeria daqui para a

frente e, na prática, os governos estaduais poderão tributar as famílias que já repatriaram bens e valores em nome de herdeiros

A proposta foi elaborada pelo ministro relator, **Dias Toffoli**. Apesar de considerar a cobrança inconstitucional, o ministro entendeu que a decisão valha “apenas quanto aos fatos geradores que venham a ocorrer a partir da publicação do presente acórdão”. O ministro **Edson Fachin** acompanhou o relator. Em seguida, Moraes pediu vista (mais tempo para a análise).

A **Constituição** diz que o ITCMD, um imposto estadual, terá competência regulada por lei complementar federal nos casos de o titular original do patrimônio ter domicílio ou residência no exterior, os bens inventariados estarem localizados no exterior ou o próprio inventário ser realizado fora do Brasil. Essa lei nunca foi aprovada, o que não impediu os Estados de avançarem na cobrança.

O caso em discussão no **Supremo** foi apresentado pela **Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP)** em busca de tributar uma pessoa que herdou um apartamento na cidade italiana de **Treviso** e valores em euro. Apesar de se tratar de um caso específico, a decisão valerá para todo o País, pois tem a chamada “repercussão geral”.

A PGE-SP está monitorando, por exemplo, um outro caso com valores ainda maiores em jogo. Uma família de **São Paulo**, cuja identidade não é pública, repatriou R\$ 48 bilhões para o Brasil e briga na **Justiça** há cinco anos para não pagar o chamado ITCMD. O dinheiro estava no exterior e foi trazido ao Brasil não no nome de seu dono original, mas sim no dos herdeiros, que o receberam como doação. A PGE-SP entende que é devida a cobrança de 4% sobre o valor

total. A família tenta evitar um pagamento, que significaria R\$ 2 bilhões ITCMD.

Se o voto de Toffoli prosperar, não apenas essa como as demais famílias que já repatriaram bens e valores em nome de herdeiros seguirão no centro das fiscalizações dos Estados. Na prática, mesmo quem ingressou com ações na Justiça para tentar blindar o patrimônio repatriado em forma de doação ou herança precisará pagar o imposto. Só em São Paulo, são R\$ 2,7 bilhões em débitos questionados judicialmente, R\$ 225 milhões em contencioso administrativo e R\$ 271,6 milhões já quitados pelos contribuintes (e que precisariam ser devolvidos em caso de decisão desfavorável). Quem aguardar o desfecho da ação para fazer qualquer transmissão de patrimônio no exterior poderá, segundo essa tese, ficar livre da cobrança.

“Se prevalecer essa tese, a pessoa que não fez nada, não doou, não vai pagar o ITCMD a partir de agora (até a lei complementar). Mas no caso de uma pessoa que foi cuidadosa, ajuizou uma ação para questionar esse ITCMD, essa pessoa vai ter que pagar o imposto, mesmo discutindo judicialmente esses valores”, explica o advogado tributarista **Pedro Teixeira de Siqueira Neto**, sócio do **Bichara Advogados**.

# Gasto maior de Estados com folha preocupa, diz Tesouro

Item merece atenção no processo de consolidação fiscal, segundo Bruno Funchal

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

27/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

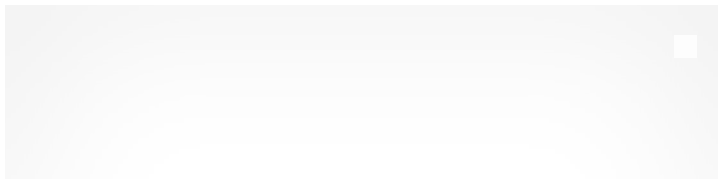
---

As despesas dos Estados com folha salarial têm crescido perto de 5% a 6% ao ano, continuamente, e esse é um item que merece atenção no processo de consolidação fiscal, disse o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. “Isso pressiona indicadores de responsabilidade fiscal e endividamento”, comentou o secretário. Além disso, os Estados que gastam muito com salários investem menos. A folha é o principal item de despesa dos entes subnacionais, que, segundo ele, estão em “situação fiscal frágil”. O problema afeta Estados e municípios.

A União igualmente enfrenta uma situação de déficit estrutural, com despesas em alta e receitas em queda desde 2010. “Não é só por conta da pandemia”, disse o secretário no X Congresso Internacional de Contabilidade, Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público. “Isso já vinha de antes.”

A pandemia só fez agravar o quadro. Após a adoção da regra do teto de gastos, em 2016, o governo federal vinha paulatinamente caminhando para o equilíbrio das contas, que seria atingido entre 2022 e 2023.





A pandemia, porém, levou o governo a aumentar seus gastos para proteger a população mais pobre e os empregos. As despesas extras estão estimadas em R\$ 586 bilhões, o que fará com que as contas do governo central encerrem este ano com um déficit estimado em R\$ 871 bilhões.

Sem a pandemia, o governo central terminaria o ano com um rombo de R\$ 124 bilhões. Ou seja, já havia um déficit contratado antes da crise.

As ações do governo no enfrentamento à pandemia chegaram a 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB), mais que a média de 7% do PIB das economias avançadas.

“Precisamos melhorar a qualidade da despesa, travando a obrigatoria”, afirmou Funchal. Por causa da pandemia, as despesas obrigatórias atingiram um pico este ano. Em 2021, porém, deverão voltar à normalidade.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, que está no Senado, dá mais potência aos gatilhos para corte nas despesas, disse o secretário. Outros itens da proposta podem ajudar os Estados e municípios a melhorar o gerenciamento de suas contas. Por exemplo, a harmonização no entendimento sobre como devem ser contabilizados gastos com servidores inativos.

Uma perspectiva de contas ajustadas ajuda a reduzir os juros longos. Esses são importantes para a decisão de investimentos como na área de infraestrutura.

Um terceiro problema, na visão do secretário, é a elevada carga tributária. Impostos altos diminuem a velocidade do crescimento e da recuperação econômica.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Psicólogo online a partir de R\$60,00  
ZENKLUB



Shirley Stolze / Ag. A TARDE



Rui Costa falou sobre a retomada das aulas no estado, ontem, durante uma vistoria às obras do tramo 3 da Linha 1 do Metrô de Salvador

## Rui vistoria obras do tramo 3 da Linha 1 do metrô

O governador Rui Costa (PT) realizou, na manhã de ontem, uma vistoria às obras do tramo 3 da Linha 1 do Metrô de Salvador. A intervenção, que levará o metrô até Águas Claras, em uma extensão de 4,66 quilômetros, vai oferecer também duas novas estações à população. Ao todo, a obra conta com investimentos de R\$ 424,6 milhões e tem previsão de conclusão para junho de 2022.

“São praticamente mais cinco quilômetros de extensão. Teremos a estação que vai atender a essa região conhecida como região da Brasilgás, integrando também o acesso para Pirajá, um terminal de ônibus para facilitar o embarque das pessoas, e a nova estação rodoviária, cuja obra deve começar agora em novembro”, disse o governador.

As obras, que estão sendo realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur), estão acontecendo entre os quilômetros 616 e 622 da BR-324. Além da estação de Águas Claras, que estará integrada ao novo Terminal Rodoviário de Salvador, também no bairro, o governo estadual vai construir uma outra estação, em Campinas de Pirajá.

Para Rui, o principal benefício da extensão do modal é ampliar a opção de transporte público às áreas mais populosas da cidade. “Estamos caminhando para pegar tanto o público do miolo da cidade, como da região do subúrbio e, mais na frente, a região de Cajazeiras. Então, esse trecho vai dar mais conforto para muitas pessoas que vão até a Estação Pirajá, para conseguir ter acesso ao ônibus”, ressaltou.

### Avanço

De acordo com o titular da Sedur, Nelson Pelegrino, a expectativa é que, a partir de agora, as obras ocorram com maior celeridade. Isso porque nesta etapa já foram resolvidas todas as principais restrições da intervenção.

“Resolvemos os principais gargalos e a obra deve seguir de maneira muito rápida daqui por diante. Essa intervenção deve coincidir com a conclusão da nova rodoviária, tornando o metrô um meio importante de se chegar a essa região”, explicou Pelegrino.

**ANO LETIVO** Rui Costa anunciou que divulgará o detalhamento do retorno nos próximos dias

# Volta às aulas será escalonada e irá começar pelo ensino superior

BRUNO BRITO\*

Após mais de sete meses de suspensão das aulas na Bahia, o governador Rui Costa (PT) sinalizou, na manhã de ontem, que alguma posição quanto à retomada da educação deverá ocorrer durante esta semana. Segundo ele, o retorno às aulas acontecerá de forma escalonada, tendo início com a retomada para o ensino superior e, posteriormente, o ensino médio e o nível técnico.

Na semana passada, o governo do estado prorrogou o decreto nº 19.586, que suspende as aulas nas redes pública e privada na Bahia, sendo válido até o dia 15 do próximo mês, em novembro.

De acordo com Rui, após o retorno do primeiro grupo, formado pelo nível superior, haverá um período de intervalo, para avaliar os impactos gerados pela retomada das aulas. Só então será autorizado o andamento das demais etapas e novos

grupos vão poder voltar a frequentar esses espaços.

“Temos avaliado e essa semana devemos tomar alguma posição. Devemos fazer um processo de forma escalonada. Inicialmente, pretendemos liberar para retornar apenas o nível superior e deixar rodar por uma ou duas semanas, para vermos o comportamento e depois ir liberando gradualmente”, explicou o governador, ontem, durante vistoria às obras do tramo 3 da Linha 1 do Metrô de Salvador.

No entanto, Rui Costa res-

**Após o retorno do primeiro grupo haverá um período para avaliar os impactos**

saltou que cada universidade possui autonomia para definir seu retorno.

“É apenas do ponto de vista sanitário e de saúde, que estaria liberado para o retorno do ensino superior. Mas as faculdades e universidades possuem autonomia para decidir pelo retorno ou não”, apontou o gestor estadual.

Após o retorno do ensino superior, a tendência é que o nível médio e cursos técnicos tenham a possibilidade de retomada. Segundo o governador, este processo se dará de forma cautelosa, avaliando todos os possíveis riscos para os envolvidos.

“Neste momento, temos ocorrendo dois tipos de aglomeração, de festas clandestinas e de caminhadas eleitorais, temos visto muita gente aglomerada, com comício. Então não queremos confundir um eventual aumento de contaminação com a volta às aulas, por isso queremos fazer de forma

gradativa”, disse.

### Segunda onda

O governador também aproveitou a oportunidade para afastar a hipótese de uma segunda onda da Covid-19 na Bahia.

Segundo ele, o movimento de queda que vinha sendo registrado no estado foi interrompido devido às ocorrências de aglomerações, tanto em função das campanhas eleitorais quanto de festas clandestinas.

“Significa que as aglomerações estão provocando algum grau de contaminação. Não suficiente para subir os números, mas suficiente para conter a queda. Por enquanto, esse número de contaminados não está se refletindo em óbitos e internamentos. Tem cientistas que falam em variações do vírus, que podem ser menos letais que outras. Talvez isso explique o motivo de, com tantas aglomerações, os casos serem mais leves”, sina-

lizou Rui Costa.

Segundo o gestor estadual, em função dessas aglomerações, ele tem levado a especialistas o questionamento se a Bahia já atingiu a chamada imunização de rebanho, devido ao grande volume de pessoas registradas nestes ambientes. No entanto, o governador explicou que são perguntas sem respostas até o momento.

Rui voltou a reforçar ainda a necessidade do uso da máscara, em meio a todo esse quadro de sucessivas aglomerações.

“O uso da máscara diminui a contaminação, e a minha percepção é a de que as pessoas estão abandonando seu uso. O vírus não foi embora, não existe vacina e a melhor forma de se proteger é usar a máscara. É a única unanimidade em todo o mundo”, afirmou Rui Costa.

\*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

### COVID-19

## Bahia registra 1.244 novos casos e 22 mortes em 24h

VITOR CASTRO\*

Em 24 horas, foram registrados 1.244 novos casos de Covid-19 na Bahia. O que representa uma taxa de crescimento de 0,4%. Outros 22 óbitos e 1.109 diagnósticos de cura também foram contabilizados. Com os novos números, o estado tem agora 345.949 casos confirmados desde o início da pandemia. Deste total, 331.649 já são considerados curados e outros 6.803 encontram-se ativos. Ao total, já foram somados 7.497 óbitos pelo novo coronavírus.

Todos os municípios que compõem a Bahia registraram casos da doença e a maior proporção de contaminados segue sendo na capital. Desde o início da pandemia, Salvador já registrou 90.331 casos. De acordo com a Secretaria

Municipal da Saúde (SMS) 87.611 pessoas já são consideradas curadas e 2.643 óbitos foram registrados na cidade.

De acordo com a Sesab, os dados do boletim representam notificações oficiais compiladas pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde da

**Todos os municípios da Bahia já registraram casos, e a maior proporção segue sendo na capital**



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

**Uso de máscaras é hábito de proteção**

Bahia (Cievs-BA), em conjunto com o Cievs municípios e as bases de dados do Ministério da Saúde até o final da tarde de ontem.

### Leitos

A secretaria informou que dos 1.091 leitos de enfermaria adulto, 418 estão ocupados, o que representa uma taxa de ocupação de 38%. Dos 39 leitos de enfermaria pediátrica, 20 estão ocupados, representando 51% de ocupação. Em relação aos leitos de tratamento intensivo adulto, 491 estão ocupados, representando 57% de taxa de ocupação de um total de 868 leitos. Dos 31 leitos de UTI pediátrica, 20 estão em uso, representando taxa de ocupação de 65%.

\*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO



# POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

**REVÊS Prefeito de Ibicaraí tem candidatura à reeleição indeferida**
[www.atarde.com.br/portalmunicipios](http://www.atarde.com.br/portalmunicipios)

RODRIGO TARDIO

**RETOMADA** Decisão foi publicada neste sábado e pegou parte do funcionalismo público de surpresa

## Governo baiano revoga trabalho remoto para servidor com mais de 60 anos

Uma decisão inesperada do governo do estado deixou boa parte do funcionalismo público surpresa. Publicada na edição de sábado do Diário Oficial do Estado da Bahia, o governador Rui Costa revogou o trabalho remoto para os funcionários com 60 anos de idade em diante. Esse público se enquadra no risco de agravamento para quem é infectado com o coronavírus e consequentemente contrai a Covid-19. Junto a esta medida, o governador também alterou de 100 para 200 o número máximo de pessoas em eventos.

Em nota, o governo informou que os servidores com algum tipo de comorbidade vão permanecer em trabalho remoto.

A coordenadora jurídica da Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia, Marinalva Nunes, criticou a decisão do governo. Para ela, esse retorno pode "levar por água abaixo" tudo o que foi conquistado para conter a propagação do vírus em Salvador e no interior do estado.

"As medidas tomadas com a unidade criada pelo governador e o prefeito de Salvador, para conter esse avanço da doença, precisam ser preservadas. Retomar um trabalho de forma presencial com este público, tende levar tudo a perder", argumenta.

Em uma publicação no Twitter, o secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas alertou para "uma retomada do processo de contágio do coronavírus no estado". Villas Boas disse que ainda não se pode falar em segunda onda da pandemia, como está ocorrendo na Europa. Porém os dados, de acordo com ele, alertem sobre as consequências do descontrole que está ocorrendo em algumas cidades.

O servidor público, D.L., 65 anos, diz que não se sente seguro em estar por pelo menos 8 horas, em um ambiente fechado com mais outras pessoas, ainda que com equi-

pamentos de proteção. "Nunca faltei ao trabalho. Ficar doente era muito difícil acontecer e não me impedia. Desta vez é algo necessário, já que é o vírus, um inimigo escondido", ressaltou

A médica infectologista, Clarissa Ramos, recomenda que se busquem formas das pessoas como os idosos, gestantes ou portadores de comorbidades ficarem em casa com o trabalho remoto.

"Assim seria o ideal, afinal quando a gente detecta essa piora e os números aparecem, é porque o vírus já está circulando a algum tempo. Muitas vezes tomamos decisões que são tardias, pois para que se detecte casos graves e avaliar óbitos, só após a fase de alguns dias de doença. Esse período inicial da doença, as pessoas já estão passando adiante e aí fi-

ca mais difícil ter o controle", afirma.

A especialista explica que a fase ainda é incerta e não dá para prever o que pode vir pela frente. "A gente tem que se espelhar nos países que a pandemia começou, que foram os países europeus. Assim poderemos avaliar e até dizer que exista a possibilidade de termos uma segunda onda de casos aqui no Brasil", finaliza.



Marcos Santos / USP Imagens

**Sem cura ou vacina para a covid, trabalho remoto reduz riscos ao trabalhador**

### REGULAMENTAÇÃO

## Senado debate jogos de azar

RAUL AGUILAR

Enquanto o Ministério da Economia não decide como vai custear o programa federal de transferência de renda a ser criado para substituir o Bolsa Família, o Senado Federal busca uma solução para financiar o benefício através do recolhimento dos impostos arrecadados pela legalização dos jogos de azar e a exploração de cassinos em resorts e hotéis no país.

O relator do projeto de lei Projeto de Lei 2.648/2019, que objetiva a regulamentação da atividade no Brasil, senador Angelo Coronel (PSD-BA), argumenta que, se aprovado, o PL proporcionará uma arrecadação de quase R\$ 50 bilhões.

"O nosso relatório é o único que indexa que a arrecadação dos jogos de fortuna e cassino serão destinados a bancar o Renda Cidadã. Com isso, nós vamos ampliar a quantidade de pessoas beneficiadas, saindo de 14,5 milhões para 30 milhões de pessoas. Vamos ter um incremento de receita de algo em torno de R\$ 50

**Angelo Coronel defende que impostos sobre a atividade permitiriam dobrar o Bolsa Família**
**Casa busca alternativas por maior arrecadação**

bilhões anuais que, somado aos R\$ 33 bilhões que já está no orçamento da União, chegará perto dos R\$ 88 bilhões por ano para bancar o Bolsa Família com o valor de R\$ 300. Vamos dobrar o valor do Bolsa Família e também dobrar a quantidade de pessoas beneficiadas", afirma Coronel.

O senador sinaliza que, mediante aval do governo,

poderá ampliar o relatório, alcançando também o jogos de azar conhecidos como "jogo do bicho". No Senado tramita um projeto do senador Ciro Nogueira (PP-PI) que autoriza a exploração de "jogos de fortuna", on-line ou presenciais, em todo o território nacional.

A bancada evangélica do Congresso Nacional é contra aprovação dos textos argumentando que os projetos de lei fomentarão o vício e abrirão margem para prática de lavagem de dinheiro. Questionado, Coronel pontuou: "Eu confio na sensibilidade da bancada evangélica de não se opor ao projeto, já que ele tem uma causa nobre que é bancar o Renda Cidadã que

Roque de Sá / Agência Senado / Divulgação



### PROPOSTA

## Deputado defende regulação da praticagem

**ISSO É BAHIA**

FERNANDO VALVERDE

Com um dos mais caros serviços do mundo, a praticagem brasileira, atividade que consiste em manobrar navios para que atraquem de forma segura nos portos, é alvo de uma proposta que tramita no Congresso e que visa a regulação econômica desse serviço.

Em entrevista ontem ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM (103.9), o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), autor do projeto de lei nº 4.392/2020 que visa a criação de uma regulação do serviço concedida à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), voltou a criticar o custo atual do serviço.

"O cidadão entra com o navio no porto e a praticagem cobra o que quer, não tem meios de negociação. Não tem nenhuma regulação externa. Quando um navio chega no porto temos que esperar pelos caprichos desse pessoal. São custos que não deveríamos ter. Hoje, a praticagem é uma reserva de mercado. Temos um dos serviços mais caros do mundo aqui", afirmou.

**CONFIRA A ÍNTEGRA DA MATÉRIA NO PORTAL A TARDE**

### COVID-19

**Bolsonaro critica judicialização sobre a vacina**

DA REDAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) se posicionou ontem mais uma vez em relação à judicialização da obrigatoriedade da vacina contra o novo coronavírus. Para Bolsonaro, trata-se de uma questão de saúde e não de justiça.

"Hoje [ontem], vou estar com o ministro (da Saúde) Pazuolo para tratar desse assunto e temos uma jornada pela frente, onde parece que foi judicializada essa questão, e entendo que isso não é uma questão de Justiça, mas de saúde. Não pode um juiz decidir se você vai ou não tomar uma vacina. Isso não existe", opinou o presidente, ao falar com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada.

Na semana passada, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o plenário da Corte julgue três ações sobre a obrigatoriedade da imunização. Os pedidos foram apresentados ao Tribunal pelos partidos PDT, Rede e PTB. Ainda não há uma data definida para a análise.

### Sem comprovação

Apesar dos esforços da comunidade científica em produzir a vacina, Bolsonaro disse que seria mais fácil e barato investir na cura do novo coronavírus.

Além disso, mais uma vez, o presidente defendeu a utilização da hidroxicloroquina no combate à doença, apesar de o remédio, ou qualquer outro, não ter eficácia contra a covid-19.

"Eu dou minha opinião pessoal: não é mais barato e fácil investir na cura que na vacina? Ou jogar nas duas mas também não esquecer a cura?", defendeu.

### CASSAÇÃO

**TSE decide hoje destino do mandato de Marcell Moraes**

DA REDAÇÃO

O futuro político do deputado estadual Marcell Moraes (PSDB) está em xeque e será decidido hoje pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tramita na Corte um ação que pode resultar na cassação do parlamentar, que é acusado de abuso de poder econômico nas eleições de 2018.

Se confirmada a cassação, Marcell será a terceira baixa na Assembleia Legislativa da Bahia, junto com Targino Machado (DEM) e Pastor Tom (PSL).

O parlamentar já tinha sido absolvido da acusação em outubro de 2019 pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA), mas o Procuradoria Geral Eleitoral acatou manifestação do Ministério Público Eleitoral da Bahia (MPE-BA) para derrubar a decisão, em uma reviravolta do caso.

O vice-procurador geral eleitoral, Renato Brill de Goes, em parecer remetido ao TSE, considera que o tucano obteve aproveitamento eleitoral ao oferecer serviços veterinários a "preços irrisórios" em todo o estado da Bahia. O parecer destaca que "o conjunto probatório produzido nos autos revela a efetiva prática de abuso de poder econômico por parte do recorrido"

"(...) os autos desvelaram que a sua atuação no ano eleitoral excedeu aos limites da filantropia e teve nítida conotação eleitoral, verdadeiramente 'queimando a largada' da campanha e vilipendiando os princípios norteadores do processo eleitoral", argumenta o MPE em recurso ordinário encaminhado à Corte.

Na peça, o MPE-BA pede que Marcell Moraes fique inelegível por 8 anos, contados a partir de 2018.

**LEILÃO ONLINE AO VIVO**  
Veículos e Sucatas

Local: **CADASTRE-SE e PARTICIPE**  
<http://www.mpleiloes.com.br> **LANCES ONLINE AGORA.**

Dia: 29/10/2020 Hora: 10:00 hs

Leiloeiro Público Oficial e Rural Miguel Paulo Rodrigues da Silva Matrícula JUCEB 091763197 e Thiago Pedreira do Couto Ferraz Silva Matrícula JUCEB 19737810

Visitação: dias 27/10/2020 e 28/10/2020, horário 07:30 às 12:00 e 14:00 às 17:00.  
Local: Patio 01, Rua Joaquim Chaves, nº 390 e Patio 02, 17º Batalhão, na Avenida Benvenuto Dias, Guanambi - BA  
contato@mpleiloes.com.br - Tels: 7199885050 / 7199647790



# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**OPORTUNIDADE** Programa de Parcelamento Incentivado já negociou mais de R\$ 100 milhões em dívidas; podem ser renegociados IPTU, ISS e outros tributos

## Prazo para adesão ao PPI encerra-se nesta sexta-feira

MARJORIE MOURA

O prazo para adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI/Pandemia) será encerrado nesta sexta (30) pelo site [ppi.salvador.ba.gov.br](http://ppi.salvador.ba.gov.br). Iniciado no último dia 5, por iniciativa da prefeitura, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), o programa negociou mais de R\$ 100 milhões em dívidas, diz a secretária.

Um dos setores que pode ser duplamente beneficiado é o hoteleiro, e o assunto foi tratado ontem, às 16 horas, em reunião na Secretaria da Fazenda, que contou com a participação do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis-Bahia (ABIH-BA), Luciano Lopes. Ele explicou que, além do PPI, o setor também poderá receber desconto de 40% do IPTU, caso seus tributos estejam em dia ou tenham sido parcelados através do PPI.

“Embora a economia tenha dado os primeiros sinais de início de recuperação, a previsão é que o setor hoteleiro comece a apresentar bons sinais no primeiro semestre de 2021”, apontou Lopes.

O PPI, segundo a Sefaz, visa dar condições especiais para que pessoas físicas e jurídicas quitam dívidas contraídas antes ou durante a pandemia em Salvador. Podem ser renegociados o IPTU, ISS, Taxa de lixo (TRSD), TFF, Taxa de Vigilância Sanitária, ITIV anterior a 8 de junho de 2017 e constantes em documentos fiscais (autos de infração e notificações fiscais de lançamento) e outros tributos, além de débitos não tributários, desde que inscritos em dívida ativa.

Não poderão ser incluídas

multas de trânsito, multas contratuais, cobranças do Tribunal de Contas, ISS retido na fonte, entre outros tributos.

### PPI

O titular da Sefaz Salvador, secretário Paulo Souto, alerta que “é importante que as pessoas se antecipem para evitar sobrecarga no sistema pelo excesso de demanda na última hora. Não temos qualquer intenção de prorrogar o prazo”.

Na versão 2020 do PPI, pela primeira vez estão sendo incluídas as dívidas do exercício atual, contraídas até julho/2020, com correção de juros apenas pela taxa Selic, no caso de parcelamento en-

tre 13 e 48 vezes.

O programa oferece duas condições de descontos. Para os contribuintes pessoas físicas ou jurídicas, que contraíram débitos entre 1º de março a 31 de julho de 2020 (durante a pandemia), o desconto para pagamento à vista será de 20% no valor principal, sem multas e juros. Quem optar por pagar em 12 vezes, haverá 10% de desconto sobre o valor principal do débito e de 100% sobre juros e multas. E quem desejar quitar entre 13 e 48 vezes, terá 90% de desconto sobre multas e juros, também com correção pela Selic.

### Demais parcelamentos

Quem quiser quitar à vista,

débitos vencidos até 29 de fevereiro deste ano, terá 10% de desconto sobre o valor principal da dívida e de 100% sobre multas e juros. Para aqueles que optarem por dividir o valor em 12 vezes, haverá 100% de desconto sobre o que diz respeito a multas e juros.

Para acordos entre 13 e 48 parcelas, o desconto alcançará 80% sobre o valor de multas e juros – neste caso, o montante das parcelas será corrigido apenas pela Selic, com redução substancial dos encargos financeiros, caindo dos 16,31% referente ao IPCA de 4,31% + 1% ao mês em 2019 para 2% ao ano em cotação atual da Selic.

Cecília Bastos / USP Imagens



O PPI é uma iniciativa da prefeitura, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda

### SISTEMA FINANCEIRO

## CMN aprova ‘sandbox regulatório’

AGÊNCIA BRASIL  
Brasília

A partir do próximo ano empresas poderão testar projetos inovadores para o sistema financeiro com regulações e acompanhamento diferenciados. Isso porque o Banco Central (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovaram, ontem, a implementação do sandbox regulatório, nome dado ao ambiente simplificado de regulação.

Em entrevista coletiva, a chefe adjunta do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro, Paula Leitão, informou que o primeiro ciclo de inscrições de em-

presas deverá ser aberto no primeiro semestre de 2021.

A princípio, as empresas ficarão no sandbox regulatório por um ano, renovável por mais um ano, dependendo da complexidade do produto testado. Caso seja necessário, o BC poderá estender a permanência no ambiente simplificado por um terceiro ano, informou a chefe adjunta do BC.

### Monitoramento

Em comunicado, o BC informou que avaliará constantemente os resultados obtidos

e monitorará os riscos de cada projeto. A autoridade monetária pode impor restrições e até proibir a inovação caso identifique algum problema. No entanto, o produto inovador poderá receber aval para comercialização em larga escala caso a experiência seja bem-sucedida.

As empresas autorizadas e os projetos em inspeção no primeiro ciclo do sandbox regulatório serão divulgados pelo BC. Os detalhes de cada modelo de negócio, no entanto, não serão informados ao público.

As empresas autorizadas e os projetos em inspeção no primeiro ciclo do sandbox regulatório serão divulgados pelo BC. Os detalhes de cada modelo de negócio, no entanto, não serão informados ao público.

As empresas autorizadas e os projetos em inspeção no primeiro ciclo do sandbox regulatório serão divulgados pelo BC. Os detalhes de cada modelo de negócio, no entanto, não serão informados ao público.

### INFLAÇÃO

## Mercado financeiro eleva projeção para 2,99%

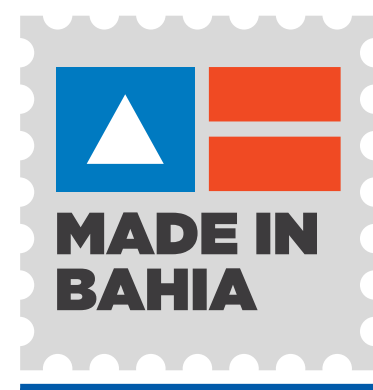
AGÊNCIA BRASIL  
Brasília

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – a inflação oficial do país) deste ano subiu de 2,65% para 2,99%. A estimativa está no boletim Focus de ontem. A publicação é divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2021, a estimativa de

inflação subiu de 3,02% para 3,10%. As previsões para 2022 e 2023 não receberam alterações e seguem em 3,50% e 3,25%, respectivamente.

O cálculo para 2020 está acima do piso da meta de inflação que deve ser perseguida pelo Banco Central. Essa meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.



## Contribuindo para o desenvolvimento energético do Nordeste



Divulgação

CARLOS GANTOIS

Sócio-administrador da Indústria de Pré-Moldados do Nordeste (Inprenor)

As linhas de transmissão, distribuição e as subestações das concessionárias de energia elétrica da Bahia e de toda a região Nordeste têm sido implantadas com a utilização de estruturas de concreto, a exemplo de postes, cruzetas, vigas, anéis e colunas. As empresas baianas de pré-fabricados são destacadas fornecedoras, dentre as quais está a Indústria de Pré-Moldados do Nordeste (Inprenor), empresa genuinamente baiana que integra o Grupo Postes Nordeste, com 55 anos de tradição.

A Inprenor, além dos produtos pré-fabricados de concreto voltados para eletrificação, fornece estruturas para edificações urbanas e rurais. Até a presente data, já produzimos algo em torno de três milhões de m³ de estruturas pré-fabricadas com rigoroso controle tecnológico. O grupo Nordeste, como um todo, já produziu mais de dez milhões de m³, tendo como principais clientes as concessionárias de energia elétrica dos grupos Neoenergia e Equatorial, bem como a Chesf, além de empresas do setor da construção civil e afins.

O atendimento de qualidade aos nossos clientes e o desenvolvimento socioeconômico do estado da Bahia e da região Nordeste constituem os principais compromissos da empresa, sob a égide da ética e da correção. Nesse contexto, a empresa tem buscado se “reinventar” através de novos processos de gestão, de modo a incrementar a produtividade e a competitividade, seja pela melhor qualidade dos recursos humanos, seja pelo uso de novas tecnologias, incluindo a racionalização e a automação, aspectos fundamentais da Indústria 4.0, contando com apoio de entidades como Senai, Sesi e IEL/Fieb.

Os nossos produtos pré-fabricados integram a cadeia produtiva da construção civil, contribuindo para a efetiva industrialização desse setor, por permitir menos perdas, construções mais rápidas e enxutas. A Inprenor e demais empresas do grupo geram, aproximadamente, 850 empregos diretos. Além da geração de emprego e renda, a empresa está atenta à sua responsabilidade socioambiental. Nesse sentido, vem investindo em uma melhor qualificação e satisfação dos seus colaboradores e clientes, bem como das comunidades circunvizinhas e do meio ambiente onde está inserida.

Enfim, por acreditar na Bahia, no Nordeste e no Brasil, temos investido na melhoria e ampliação de nosso parque fabril, colaborando com o sustentável desenvolvimento regional. O trabalho sério e perseverante, ao lado da capacidade de inovar, representa as bases da nossa sobrevivência e crescimento. Todavia se faz necessário termos reformas estruturantes no país. É preciso que se tenha mais Brasil e menos Brasília. Urge maior segurança jurídica, cumulada com o enxugamento da máquina pública, redução e simplificação da atual carga tributária e menos burocracia.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos



## BAHIA

# Aulas serão retomadas primeiro pelas universidades

**VOLTA ÀS AULAS** O governador Rui Costa reafirmou ontem a intenção de fazer uma volta às aulas escalonada por grupos. Com isso, o primeiro grupo a voltar a ter aulas presenciais seria o de universidades e faculdades. Contudo, ainda não há uma data definida para essa liberação.

“Nós estamos avaliando ainda, essa semana a gente deve tomar alguma posição. Devemos fazer um processo de forma escalonada. Inicialmente devemos retornar o ensino superior, universidades, e deixar rodar uma, duas semanas, para ver o comportamento, e depois ir gradualmente liberando. Tô dizendo isso, mas não quer dizer que vai voltar necessariamente. Cada universidade define seu cronograma, vai ter sua autonomia para

**●● Inicialmente devemos retornar o ensino superior e deixar rodar uma, duas semanas, para ver o comportamento**  
Rui Costa

Governador da Bahia

definir calendário. Não é de terminação para retomar. Quer dizer que, do ponto de vista sanitário e de saúde, estaria liberado para retornar”, disse Rui na manhã de ontem, durante visita a obras do metrô.

“O segundo grupo será o de nível médio”, avisou.

Ele disse também que a ideia é ser cauteloso, especialmente em um momento de aumento de aglomerações. “Nesse momento temos dois tipos de aglomeração ocorrendo em todo Brasil, não só na Bahia: a das festas clandestinas, parades, festas noturnas, e a aglomeração fruto de caminhadas eleitorais. Temos visto muita gente aglomerada”, disse ele. “Não queremos confundir um eventual pico de contaminação com um retorno às aulas.”

Na última sexta-feira (23), o governo do estado decidiu prorrogar o decreto nº 19.586,

que suspende as aulas nas unidades de ensino das redes pública e privada em toda a Bahia. O decreto, que venceria no domingo (25), agora vale até o dia 15 de novembro.

Rui pediu que a população continue seguindo as orientações sanitárias, como uso da máscara, que diz ter percebido que caiu. “Por enquanto o melhor jeito de se proteger é usar máscara na rua o tempo todo”.

Ele também comentou a suspensão do home office para servidores públicos com mais de 60 anos. “Estamos em fases lentas, graduais e sucessivas de liberação. Inicialmente estávamos com todos restritos, quem tinha mais de 60 anos, e agora tiramos essa restrição e só vai ficar em casa aqueles que tiverem alguma comorbidade, alguma doença correlata. Aqueles que não têm devem voltar, adotando as medidas de proteção”, disse.

## ENGOMADEIRA GANHA LÂMPADAS DE LED

**ILUMINAÇÃO** O bairro da Engomadeira teve 554 pontos de iluminação modernizados com lâmpadas LED em 101 ruas com o programa Iluminando Nosso Bairro, da prefeitura de Salvador. A iniciativa contou com um investimento de R\$ 638 mil. Até o fim deste ano, 75 mil postes na cidade terão as antigas lâmpadas de vapor de sódio substituídas por LED, o que representa 80% de todos os bairros de Salvador. O programa prioriza localidades mais periféricas.

## VAI ATÉ SEXTA PRAZO PARA ADESÃO AO PPI

**DÍVIDAS** Os contribuintes interessados no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI/Pandemia) têm até essa sexta-feira (30) para fazer a adesão. O programa oferece duas condições diferentes de descontos. Uma delas é destinada a contribuintes cujos vencimentos dos débitos tenham ocorrido até 29 de fevereiro de 2020. A outra é para aqueles que se endividaram no auge da pandemia, entre 1º de março e 31 de julho de 2020. Mais de R\$ 100 milhões em dívidas já foram negociados.



# Alerta para um 'boom' de casos após fim de ano

**Natal e Ano Novo** Festas podem aumentar número de infectados caso cuidados não sejam tomados

**Gabriel Amorim\***

REPORTER  
gabriel.amorim@redetbahia.com.br

Depois de meses de isolamento e restrições, o fim da pandemia do novo coronavírus se tornou a notícia mais esperada do ano. Infectologistas, no entanto, apontam janeiro como o mês em que se pode esperar uma onda mais acentuada de casos de covid-19. Entre os motivos estão a flexibilização das regras de isolamento e as esperadas festas de fim de ano — eventos capazes de gerar aglomerações, que são um perigo para a proliferação do vírus.

Na última sexta-feira (23), o Comitê Científico do Nordeste emitiu um alerta para a possibilidade de uma segunda onda de casos chegar à região nos próximos meses. Segundo o grupo, o fenômeno que já preocupa países da Europa como França, Espanha, Itália

e Reino Unido pode acontecer no Brasil se cuidados específicos não forem tomados.

Questionado sobre o porquê de janeiro ser um mês preocupante, o infectologista do Hospital São Rafael, Fábio Amorim, explica: "Em janeiro, espera-se um número maior porque em dezembro começam as grandes festas. Chega o verão também. As pessoas não aguentam ficar sem praia. E a maioria da população vai à praia de ônibus. São pontos de ônibus cheios, os próprios veículos com pessoas aglomeradas, então é de se esperar um aumento, da gente passar por tudo novamente".

"Hoje a gente já recebe pacientes que se contaminaram na comemoração do feriado de 12 de outubro [Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil]. Há duas semanas, quando teve o primeiro aumento, recebemos muitos pacientes do interior, vindos de convenções partidárias. Para cada feriadão, se conta

●● **Em janeiro, espera-se um número maior [de infectados] porque em dezembro começam as grandes festas. Chega o Verão também** Fábio Amorim

Medico Infectologista do Hospital São Rafael

●● **Depois de tantos meses, existe uma influência da saúde mental de quem não aguenta mais estar isolado, mas ainda precisa se proteger** Clarissa Ramos

Medica Infectologista do Hospital Cardíaco Pulmonar

de 10 a 12 dias e se tem um novo incremento no número de pacientes. A gente que chegou a diminuir o número de leitos dedicados à covid-19, já estamos vendo aumentar", completou Amorim.

Quem realmente decidir flexibilizar o isolamento precisa fazê-lo com certo cuidado. "Depois de tantos meses, de fato, existe uma influência da saúde mental de quem não aguenta mais estar isolado, mas ainda precisa se proteger do covid. É preciso chegar num meio-termo, de se você realmente for socializar, que faça de maneira segura, mantendo distância, em ambientes arejados, usando máscaras. Realmente procurar essas medidas para conseguir manter a sanidade mental sem se descuidar do covid", diz a médica infectologista do Hospital Cardíaco-Pulmonar, Clarissa Ramos.

Ela diz que todas as festas de fim de ano preocupam. "São eventos que geram aglomeração e que demora algumas semanas para que os sintomas comecem a surgir", disse a médica, destacando a possibilidade de aumento dos casos no início do ano.

## CHANCE REAL

"A segunda onda é uma possibilidade real, mas ainda não é uma certeza. Em países da Europa ela já está acontecendo. Existem países que tiveram um aumento no número de casos que chegou ao dobro do pico anterior. No Brasil, temos uma curva diferente da dos países europeus. Nossa curva sobe desde março e só começou a cair há pouco tempo, então temos uma primeira onda muito longa, e por isso talvez não tenhamos a segunda. Mas é preciso estar alerta,

de sobreaviso", explica o professor Sérgio Rezende, um dos coordenadores do Comitê Científico do Nordeste.

Segundo o grupo, a própria Europa pode ser influência para confirmação da chamada segunda onda na Bahia e estados vizinhos em função do fluxo de turistas europeus que costumam vir para nossas praias nas festas de fim de ano. "Existem países da Europa que não aceitam brasileiros por conta da pandemia, ou que exigem atestado de saúde na entrada. Nosso conselho aos governantes é que seja montado um esquema nos aeroportos para testar os turistas que vierem, que seja exigido esse atestado para eles também", diz Rezende.

Além do reflexo europeu, outra preocupação do comitê diz respeito à flexibilização das regras de isolamento e das restrições reguladas pelos governadores e prefeitos. "Esse não é o momento dos governadores afrouxarem exageradamente as medidas. Isso gera efeitos."

Na Bahia, já se percebe uma mudança no comportamento dos casos de covid, segundo monitoramento da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab). "Acompanhamos a evolução dos casos todos os dias, e desde a terceira semana de setembro observamos uma interrupção do processo de queda. Há cerca de 30 dias temos um platô, a manutenção dos mesmos números de ocupação hospitalar, de casos ativos e novos casos todos os dias, em vez de queda. Isso, embora não possa ser ainda chamado de segunda onda, nos alerta para o fato de poder estar acontecendo um aumento da transmissão do vírus no estado", diz o titular da pasta, Fábio Vilas-Boas.

Apesar da mudança, o governador Rui Costa disse, na manhã de ontem, que não vê razão para acreditar em segunda onda. "Estávamos em uma queda acentuada nas taxas de contaminação e parou de cair. As aglomerações estão provocando algum grau de contaminação. Não o suficiente, graças a Deus, pra provocar uma subida nos números, mas foi o suficiente para conter a queda", avaliou.

Em Salvador, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), estudos serão realizados nos próximos dias para entender as dimensões atuais da pandemia na cidade. Questionada, a pasta também disse que previsões para meses na frente não são seguras. "A Secretaria Municipal da Saúde só realiza projeções sobre a pandemia do novo coronavírus de, no máximo, 15 dias, pois há possibilidade de erro em estimativas mais prolongadas. A partir da próxima semana iniciaremos o Inquérito Sorológico em Salvador, que nos dará uma realidade mais fidedigna da situação epidemiológica do município", informou a pasta, em nota.

COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO



Muitas se aglomeram, sem máscaras, na praia de Ondina, em Salvador, em meio às festas em família.

**1.244**

casos novos de covid-19 foram registrados na Bahia nas últimas 24 horas, segundo a Sesab

**26,4%**

é quanto representa a quantidade de casos em Salvador se comparado ao estado

**6.803**

casos da doença estão ativos e 331.649 já curados



Veículo: Correio

Data: 27/10/2020

Caderno:

Página:

Correio\*

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

O resultado do plebiscito no Chile e a eleição presidencial na Bolívia são boas notícias numa região que acumula tensões e amarguras. Até a aposentadoria do senador uruguaio, e ex-presidente, José Mujica foi uma argem de boa política pelo seu discurso forte e sincero que viralizou nas redes. Nos casos chileno e boliviano, a saída dos impasses foi pelo melhor dos caminhos, a democracia.

Bolsonaro, pela sua defesa dos regimes ditatoriais da América Latina das décadas de 60 e 70 do século passado, deu a impressão de que a região voltaria ao velho padrão de democracia interrompida. Como venceram candidatos de direita no Chile, Paraguai e Uruguai, o temor era de uma queda no túnel do tempo. Mas o que ficou claro é que Bolsonaro está sozinho, porque nem a direita da região tem afinidade com ele. Foi com constrangimento que o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, ouviu de Bolsonaro elogios ao ditador Stroessner. O presidente do Chile, Sebastian Piñera, rechaçou o ataque sórdido que Bolsonaro fez à ex-presidente Michele Bachelet ao ofender a memória do pai dela, morto na prisão. Bolsonaro é um extre-

mista só.

Piñera reagiu à violenta explosão de movimentos de rua, contra seu governo, caminhando para o centro e propondo uma solução há muito aguardada no país: a mudança da Constituição. Houve forte comparecimento às urnas neste final de semana, os jovens participaram, num país onde o voto não é obrigatório. A vitória dos que querem uma nova constituição foi esmagadora.

No governo Bolsonaro, como sempre, há a falta de compreensão do que acontece debaixo de seus narizes. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, mostrou desconhecimento ao defender mudança na Constituição brasileira, porque ela teria tornado o Brasil "ingovernável". O ministro Bruno Dantas, do TCU, sugeriu "estudar um pouco

de História e entender a transição democrática deles". Pois é. O Brasil começou sua transição fazendo uma Constituição, o Chile só agora abandonará a constituição da época da ditadura.

A Bolívia viveu há um ano um momento de enorme turbulência política que fez temer sua volta ao passado de instabilidade crônica. Na época, houve um debate bizantino sobre se havia sido ou não um golpe. Aqui escrevi que era uma discussão ociosa, porque se os chefes militares se reúnem e vão à televisão exigir a saída de um governante é golpe, evidentemente. O ex-presidente Evo Morales havia errado também por disputar um quarto mandato ao arrepiado da constituição e do referendo de 2016. Morales deveria ter feito o natural processo de suces-

são dentro do MAS. Seu personalismo agravou a crise. A solução um ano depois foi de recolocar pelas urnas o MAS no governo, mas através de um novo líder, Luis Arce.

A diplomacia brasileira errou o tempo todo com a Bolívia, país com o qual temos uma relação densa. Houve um momento em que a Argentina teve que negociar com o Paraguai o pouso para reabastecimento do avião que levava Evo para o exílio. A diplomacia brasileira, que já solucionou conflitos na região e sempre reconheceu o direito de asilo, ignorou o problema. Agora, foi o último país a reconhecer a vitória de Arce. Piñera foi um dos primeiros.

O debate sobre modificar ou não a Constituição da era pinochetista foi sepultado ontem pelas urnas no plebiscito convocado por Piñera. Quase 80% dos

que votaram disseram que é preciso mudar. Começa agora um longo processo. No ano que vem haverá eleição para a Constituinte e depois que ela for redigida será novamente votada. Nesse caminho o Chile pode avançar mais na cicatrização das velhas feridas da era da ditadura militar.

A diferença entre a direita da região e Bolsonaro é que o presidente brasileiro defende a ditadura, o que outros governantes não fazem. Além disso, no seu governo, há pessoas que como ele admiram torturadores. E existem militares remanescentes do pior ala do regime, a do general Sílvio Frota, derrotada pelo presidente Ernesto Geisel no dia 12 de outubro de 1977. Nosso retrocesso é muito maior do que nos damos conta.

Ao renunciar ao seu mandato de senador, o ex-presidente uruguaio deixou o legado de palavras que se deve guardar. Entre as várias frases memoráveis destaque aquela que ele dirigiu aos jovens. "Triunfar na vida não é ganhar, triunfar na vida é levantar-se e recomeçar toda vez que cair." A resiliência, essa é a lição de Pepe. Doze anos preso em condições desumanas, ele viveu o que aconselha.

## Taxa de juro do cheque especial sobe e chega a 114%

**CRÉDITO** Os clientes de bancos pagaram juros maiores no cheque especial e taxas mais baixas no rotativo do cartão de crédito em setembro, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC).

A taxa de juros do cheque especial para as pessoas físicas subiu 1,3 ponto percentual entre setembro e agosto, chegando a 114,2% ao ano. Em 2020, os juros do cheque especial caíram 133,4 pontos percentuais, em boa parte por causa do teto de 8% ao mês (151,8% ao ano) estabelecido pelo Banco Central em janeiro. Apesar de estar menor, a taxa do cheque especial é a segunda mais cara entre as modalidades de crédito para as famílias, e a recomendação do BC é que só seja usado em situações emergenciais.

### 309,9%

por ano é a taxa de juro cobrada no rotativo do cartão, a mais cara nas linhas de crédito ao consumidor brasileiro

Ainda em setembro, a taxa média do rotativo do cartão de crédito caiu 0,3 ponto percentual em relação a agosto, indo a 309,9% ao ano. A taxa média é formada com base nos dados de consumidores adimplentes e inadimplentes e é a mais cara entre as modalidades de crédito no país.

No caso do cliente adimplente, que paga pelo menos o valor mínimo da fatura do cartão em dia, a taxa chegou a 268,6% ao ano em setembro, 1,7 ponto percentual a menos que em agosto. A taxa cobrada dos clientes que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura (rotativo não regular) subiu 1,6 ponto, indo para 336,8% ao ano. O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. O crédito rotativo dura 30 dias. Após esse prazo, as instituições financeiras

parcelam a dívida.

Em abril de 2018, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu que clientes inadimplentes no rotativo passem a pagar a mesma taxa de juros dos consumidores regulares. Mesmo assim, a taxa final cobrada de adimplentes e inadimplentes não será igual porque os bancos podem acrescentar juros pelo atraso e multa.

Na modalidade de parcelamento das compras pelo cartão de crédito, a taxa chegou a 142,1% ao ano em setembro, com aumento de 4,3 pontos percentuais.

A taxa de juros do crédito pessoal não consignado chegou a 69,6% ao ano em setembro, com recuo de 0,7 ponto percentual em relação a agosto. A taxa do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) recuou 0,4 ponto percentual, indo para 18,5% ao ano no mês passado.

### SEGURO-DESEMPREGO PODE SER AMPLIADO

**PARCELAS EXTRAS** Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) deve votar na sexta-feira proposta do governo para pagar parcelas extras de seguro-desemprego para quem foi desligado sem justa causa entre 20 de março e 31 de julho deste ano. Atualmente, o trabalhador recebe entre três e cinco parcelas do benefício, dependendo do tempo trabalhado e de quantas vezes já fez o pedido.

### GOVERNO REDUZ IMPOSTO PARA GAMES

**IPI** O governo federal vai reduzir mais uma vez as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para jogos e consoles de videogames no país. As novas regras devem ser publicadas na edição de hoje do Diário Oficial da União. Entre as novas alíquotas está a redução de 40% para 30% em consoles e máquinas de jogos; de 32% para 22% em acessórios, e de 16% para 6% para máquinas com tela incorporada.



## COMBUSTÍVEIS

# 5%

é a redução do preço da gasolina nas refinarias anunciada ontem pela Petrobras. O diesel será reduzido em 4%. Não há garantia de que esses percentuais cheguem ao consumidor final nos postos de combustíveis.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 27/10/2020	Página:

**Correio**<sup>+</sup>

## Governo federal reconhece calamidade pública na Bahia

**COVID-19** O governo federal reconheceu o estado de calamidade pública na Bahia e no Ceará em razão da pandemia de covid-19. A portaria da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil foi publicada ontem (26), no Diário Oficial da União.

O reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo governo federal reduz a burocracia e facilita, a estados e municípios, o acesso aos recursos da União para ações de socorro.

Balanço divulgado ontem pela Secretaria de Saúde da Bahia mostra que o estado registrou 1.244 novos casos da covid-19, nas últimas 24 horas. No total, o estado acumula 345.949 casos desde o início da pandemia, em março. O boletim traz ainda o registro de 22 novas mortes, totalizando 7.497 óbitos no estado.

No Ceará, foram 872 novos casos e dois óbitos registrados no domingo. O estado acumula 270.264 casos, e as mortes já chegam a 9.248.

---

# Secretário alerta para segunda onda de Covid

Fábio Vilas-Boas diz que existe a retomada do processo de contágio da doença em algumas cidades

YURI ABREU  
REPORTER

O secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, alertou sobre as consequências de um do descontrolado que está ocorrendo em algumas cidades do estado, gerando uma retomada do processo de contágio pelo novo coronavírus. Porém, em uma rede social, ele descartou que a Bahia já esteja enfrentando uma segunda onda da doença, muito menos semelhante ao que está ocorrendo na Europa.

Utilizando gráficos, o titular da Sesab mostrou que o estado havia atingido um platô tanto no número de casos ativos quanto nos casos novos. Porém, essa estabilização, conforme Vilas-Boas, na sequência da forte redução que vinha ocorrendo – vista por ele como uma queda sustentada –, significaria uma retomada do processo de contágio. “Não podemos chamar de segunda onda, muito menos semelhante ao que está ocorrendo na Europa, mas esses dados nos alertam sobre as consequências do descontrolado que está ocorrendo em algumas cidades”, escreveu.

Na última quinta-feira, o

Comitê Científico do Consórcio Nordeste divulgou um boletim em que fez um alerta para a possibilidade de uma segunda onda da covid-19 na região, devido a chegada de turistas europeus no período do verão. No documento, o grupo advertiu que novos e numerosos casos podem surgir no período caso as medidas de flexibilização sejam exageradas pelos gestores dos nove estados nordestinos.

“Em vários países europeus existe claramente a incidência de uma segunda onda da epidemia da covid-19, fenômeno conhecido de outras epidemias. Este fenômeno é resultante, em geral, do ‘acomodamento’ da sociedade com a diminuição do número de casos e o relaxamento exagerado nas medidas de prevenção do espalhamento do vírus. O início da segunda onda já está evidente no grande aumento do número de casos da covid-19 e num aumento menor, mas evidente, na Itália, França, Espanha e Reino Unido, dentre outros países europeus”, pontua o comitê.

Por conta disso, há um risco real de que nos próximos meses estejam por aqui pessoas portadoras do vírus, inclusive até de cepas diferentes das que prevale-



Foto: GOVBA

**SECRETÁRIO** mostrou que estado havia atingido um platô tanto no número de casos ativos quanto nos novos

cem no Brasil. Para evitar uma nova, então, o Comitê Científico listou algumas recomendações aos governos estaduais com relação a adoção de medidas de prevenção.

Uma delas é a implantação, em todos aeroportos, de estandes sanitários, com equipes de saúde munidas de folhetos informativos, equipamentos de aferição de temperatura e kits de testagem rápida de passageiros provenientes do exterior. Já a outra é a obrigatoriedade de quarentena de 14 dias para os

turistas que não apresentem atestados que comprovem a ausência de infecção pelo novo coronavírus.

## CRÍTICAS

Ainda no documento, o grupo fez críticas ao relaxamento das medidas de isolamento feitas além do necessário, por parte dos governantes, resultando em alta probabilidade de uma possível segunda onda, o que poderá trazer sérias consequências econômicas, sanitárias e sociais. Além disso, citou a campanha

eleitoral como um dos fatores que pode contribuir para essa elevação dos registros positivos do coronavírus. Há diversos registros pelo país de pessoas aglomeradas, desrespeitando o distanciamento social e sem usar máscaras, principal item de proteção contra a doença.

O temor, segundo o Comitê, é de que, em nome da própria eleição, colocando-a como prioridade sobre a vida dos cidadãos, os atuais gestores dos municípios podem até a usar a informação sobre quantidade de casos e mortes, de forma indevida, reduzindo os números para trazer uma aparente sensação de tranquilidade, desprezando as recomendações científicas e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

## STATUS

Segundo o Comitê Científico do Consórcio Nordeste, na Bahia, a situação atual da pandemia segue uma tendência de queda, ainda que lenta, do número diário de infectados e de óbitos. Porém, fez um alerta com relação ao comportamento dos dados no final deste mês de outubro e em novembro, em função de situação de feriados e de aglomerações devido às campanhas eleitorais.

## Unidade de Hemodiálise de Cruz das Almas é inaugurada

Na última quinta-feira, 22, o governador do Estado da Bahia, Rui Costa, inaugurou a Unidade de Hemodiálise Cruz das Almas. A construção faz parte de um projeto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Administração Hospitalar – IBDAH – com a parceria do Governo do Estado da Bahia e Prefeitura Municipal.

A unidade foi construída em uma área de aproximadamente 2.800m e seu funcionamento representa um ganho enorme para a vida de centenas de pessoas que precisavam acordar de madrugada para realizar o tratamento de hemodiálise em outra cidade. A implantação desse serviço chega para beneficiar toda a região de Saúde de Cruz das Almas, cuja população é superior a 270 mil habitantes.

A unidade inicialmente funcionará com 35 máquinas em 2 turnos, atendendo a 140 pacientes/mês, podendo chegar a atender até 300 pacientes/mês.

<b>Veículo: Política Livre</b>	
<b>Data: 27.10.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



## **Covid-19: governo reconhece calamidade pública na Bahia e no Ceará**

### **BAHIA**

O governo federal reconheceu o estado de calamidade pública na Bahia e no Ceará em razão da pandemia da covid-19. A portaria da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil foi publicada hoje (26) no Diário Oficial da União.

O reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo governo federal reduz a burocracia e facilita, a estados e municípios, o acesso aos recursos da União para ações de socorro.

Balanço divulgado neste domingo (25) pela Secretaria de Saúde da Bahia mostra que o estado registrou 691 novos casos da covid-19, nas últimas 24 horas. No total, o estado acumula 344.705 casos, desde o início da pandemia. O boletim traz ainda o registro de 22 novas mortes, totalizando 7.475 óbitos no estado.

No Ceará, o boletim do Ministério da Saúde, divulgado ontem (25), aponta 872 novos casos e dois óbitos registrados nas últimas 24 horas no estado. O estado acumula 270.264 casos, e as mortes já chegam a 9.248.

<b>Veículo: Política Livre</b>	
<b>Data: 24.10.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



## **Governo da Bahia envia 720 mil máscaras de tecido e TNT para 64 municípios**

O Governo do Estado encaminhou sexta-feira (23) 720 mil máscaras reutilizáveis de tecido e TNT para 64 municípios, pertencentes a seis Territórios de Identidade da Bahia. A ação tem como objetivo ampliar a segurança sanitária da população contra o coronavírus e faz parte da força tarefa coordenada pelas secretarias do Planejamento (Seplan), de Desenvolvimento Econômico (SDE) e de Desenvolvimento Rural (SDR).

“Não vamos baixar a guarda enquanto esta pandemia continuar ativa no território baiano, por isso continuamos tomando todas as medidas necessárias para proteger a população, incluindo o envio de máscaras aos municípios”, pontua o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro. As máscaras foram adquiridas junto a 603 associações, cooperativas e empresas habilitadas para a produção de mais de 12 milhões de unidades, gerando renda em toda a Bahia.



No território do Vale do Jiquiriçá, 74 mil máscaras foram encaminhadas para Maracás, Amargosa, Jaguaquara, Laje, Jiquiriçá, Mutuípe, São Miguel das Matas, Milagres. Já no território do Recôncavo, os municípios que recebem 122 mil máscaras são: Santo Antônio de Jesus, São Félix, Nazaré, Maragogipe, Santo Amaro, São Felipe, Conceição do Almeida, Castro Alves, Cachoeira, Muritiba, Cruz das Almas.

No Portal do Sertão, 104 mil máscaras foram encaminhadas para o Núcleo Regional de Saúde (NRS) de Feira de Santana, Santanópolis, Santo Estevão, Amélia Rodrigues, São Gonçalo dos Campos, Iará, Conceição do Jacuípe, Conceição da Feira, Terra Nova, Antônio Cardoso e Feira de Santana.

Para o Território de Identidade Metropolitano de Salvador, foram encaminhadas 174 mil máscaras para o Núcleo Regional de Saúde (NRS) de Salvador, Lauro de Freitas, Candeias, Camaçari, Madre de Deus, Dias D'Ávila, Simões Filho, São Sebastião do Passé, Pojuca, São Francisco do Conde e Mata de São João.

O território Litoral Norte e Oeste Baiano recebe 142 mil máscaras para o NRS de Alagoinhas, Inhambupe, Catu, Olindina, Rio Real, Entre Rios, Itapicuru, Cardeal da Silva, Acajutiba, Conde, Sátiro Dias, Aporá, Araçás, Jandaíra e Alagoinhas. Já no Baixo Sul, as 104 mil máscaras são para Valença, Gandu, Piraí do Norte, Cairu, Teolândia, Jaguaripe, Presidente Tancredo Neves, Ibirapitanga, Wenceslau Guimarães e Ituberá.

O Governo do Estado executa a distribuição das máscaras diretamente para municípios e secretarias, para uso nas unidades de saúde e para a população, sendo vedada a vinculação e utilização política na entrega.

Veículo: Bahia econômica	Online
Data: 27/10/2020	Caderno: Notícias



## INVESTIMENTOS NO BRASIL CAEM PELA METADE EM 2020



27 Outubro, 2020

A queda registrada no fluxo de investimentos diretos no Brasil nos primeiros seis meses de 2020 foi maior que a média observada entre os demais países emergentes. Segundo o portal Uol, os dados estão sendo publicados nesta quarta-feira pela Conferência da ONU para Desenvolvimento e Comércio. Para a agência, dois fatores pesaram no caso do Brasil: a interrupção do programa de privatizações e a escala que a pandemia atingiu no país.

No total, o primeiro semestre registrou uma queda de 48% nos investimentos no Brasil em comparação ao mesmo período de 2019, atraindo um total de US\$ 18 bilhões entre janeiro e junho.

Com isso, o Brasil foi sexto destino de investimentos no mundo, igualando-se ao México e superado por Cingapura, Irlanda, Alemanha, EUA e China. Em 2019, o Brasil aparecia na quarta posição entre os maiores destinos de investimentos.

Em 2020, outras economias sofreram mais que o Brasil. Entre os países ricos, a Itália teve uma queda de 74% nos investimentos. Nos EUA, a contração de 61%, para um total de US\$ 51 bilhões.

No mundo, os investimentos tiveram uma queda de 49%, diante do impacto do confinamento nas decisões de multinacionais de adiar qualquer tipo de projeto. Para o ano, a previsão é de uma queda no fluxo mundial de investimentos que poderia variar entre 30% e 40%. Os anúncios de novos projetos de investimento caíram em 37%, enquanto as fusões e aquisições caíram em 15%.

Mas o resultado brasileiro é pior que a média das economias emergentes e mais negativo que a média da América Latina. Entre os Brics, a Rússia ainda supera o Brasil na dimensão do tombo. A contração em Moscou foi inédita, passando de um fluxo positivo de US\$ 16 bilhões em 2019 para uma fuga de capital de US\$ 1,2 bilhão em 2020.

James Zhan, diretor do Departamento de Investimentos da entidade, explicou que outro fator que pesou foi a dimensão que a pandemia ganhou no Brasil, dificultando a atração de investimentos. O Brasil é um dos líderes em mortes pela covid-19, de acordo com os dados da OMS.



## China

Pela primeira vez, as economias emergentes da Ásia foram responsáveis por receber mais da metade dos investimentos no mundo. Nas economias ricas, o tombo foi bem maior: 75% de contração nos investimentos em média. Mas o bom resultado dos emergentes se deu em grande parte por conta do fluxo de US\$ 217 bilhões para a Ásia. “Apesar de sofrer o peso do impacto inicial da pandemia e dos efeitos dos primeiros choques na cadeia de fornecimento sobre os investimentos na cadeia de valor global, a Ásia mostra o menor declínio nos investimentos entre as regiões em desenvolvimento”, indicou a agência da ONU.

Foto: Foto: Marcello Casal Jr.

Veículo: Bahia econômica	Online
Data: 27/10/2020	Caderno: Notícias



## PETROBRAS REDUZ PREÇOS DE GASOLINA E DIESEL HOJE



27 Outubro, 2020

A Petrobras divulgou hoje (26) novos reajustes para o preço dos combustíveis nas refinarias. O preço da gasolina terá queda de 5%, enquanto para o diesel (S10 e S500), a redução será de 4%. Os novos valores passam a vigorar a partir desta terça-feira (27).

De acordo com a assessoria de imprensa da companhia, com a redução de 4,0% (ou R\$ -0,07 por litro), o preço médio do diesel da Petrobras para as distribuidoras passa a ser de R\$ 1,69 por litro. No acumulado do ano, a redução do preço é de 27,3 %.

Já para a gasolina, com a redução de 5% (ou R\$ -0,09 por litro), o preço médio da Petrobras para as distribuidoras passa a ser R\$ 1,66 por litro. No acumulado do ano, a redução chega a 13,7 %.

A gasolina teve 35 reajustes em 2020, até agora, sendo 16 aumentos e 19 reduções. Para o diesel, foram 28 reajustes no total, dos quais 13 foram aumentos e 15 diminuições de preços. (Por Agência Brasil)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 26/10/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 26 de Outubro de 2020 - 19:40

## ***Juros do cheque especial sobem e taxas do rotativo caem em setembro***

Os clientes de bancos pagaram juros maiores no cheque especial e taxas mais baixas no rotativo do cartão de crédito em setembro, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira (26) pelo Banco Central (BC).

A taxa de juros do cheque especial para as pessoas físicas subiu 1,3 ponto percentual em setembro, comparada a agosto, e chegou a 114,2% ao ano. Em 2020, os juros do cheque especial caíram 133,4 pontos percentuais, em boa parte por causa do teto de 8% ao mês (151,8% ao ano) estabelecido pelo Banco Central em janeiro, segundo a Agência Brasil.

Apesar de estar menor, a taxa do cheque especial é a segunda mais cara entre as modalidades de crédito para as famílias, e a recomendação do BC é que só seja usado em situações emergenciais.

Em 2018, os bancos anunciaram uma medida de autorregulamentação do cheque especial. Com as novas regras, os correntistas que utilizam mais de 15% do limite do cheque durante 30 dias consecutivos passaram a receber a oferta de um parcelamento, com taxa de juros menor que a do cheque especial definida pela instituição financeira.

A taxa média do rotativo do cartão de crédito caiu 0,3 ponto percentual em relação a agosto, chegando a 309,9% ao ano. A taxa média é formada com base nos dados de consumidores adimplentes e inadimplentes e é a mais cara entre as modalidades de crédito.

No caso do cliente adimplente, que paga pelo menos o valor mínimo da fatura do cartão em dia, a taxa chegou a 268,6% ao ano em setembro, diminuição de 1,7 ponto percentual em relação a agosto. A taxa cobrada dos clientes que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura (rotativo não regular) subiu 1,6 ponto percentual, indo para 336,8% ao ano.

O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. O crédito rotativo dura 30 dias. Após esse prazo, as instituições financeiras parcelam a dívida.

Em abril de 2018, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu que clientes inadimplentes no rotativo do cartão de crédito passem a pagar a mesma taxa de juros dos consumidores regulares. Essa regra entrou em vigor em junho do mesmo ano. Mesmo assim, a taxa final cobrada de adimplentes e inadimplentes não será igual porque os bancos podem acrescentar à cobrança os juros pelo atraso e multa.

Na modalidade de parcelamento das compras pelo cartão de crédito, a taxa chegou a 142,1% ao ano em setembro, com aumento de 4,3 pontos percentuais.

A taxa de juros do crédito pessoal não consignado chegou a 69,6% ao ano em setembro, com recuo de 0,7 ponto percentual em relação a agosto. A taxa do crédito consignado (com

desconto em folha de pagamento) recuou 0,4 ponto percentual, indo para 18,5% ao ano no mês passado.

De acordo com o BC, a taxa média de juros para pessoa física caiu 1 ponto percentual em setembro para 38% ao ano. A taxa média das empresas ficou em 11,4% ao ano, queda de 0,7 ponto percentual. A inadimplência do crédito, considerados atrasos acima de 90 dias, caiu 0,2 ponto percentual para pessoas físicas e 0,1 ponto para pessoas jurídicas, passando para 4,6% e 1,5%, respectivamente.

Esses dados são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes.

No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito) os juros médios para as pessoas físicas caíram 0,1 ponto percentual para 7% ao ano. A taxa média cobrada das empresas caiu 0,7 ponto percentual para 6,7% ao ano.

A inadimplência das pessoas físicas no crédito direcionado permaneceu em 1,4% e a das empresas caiu 0,7 ponto percentual para 1,5%.

Em setembro, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos ficou em R\$ 3,809 trilhões, com expansão de 1,9% em relação a agosto, de 5,1% no ano e de 13,1% em 12 meses. Esse saldo do crédito correspondeu a 52,8% de tudo o que o país produz - o Produto Interno Bruto (PIB) -, com aumento de 0,9 ponto percentual em relação a agosto.

## ECONOMIA

---

Publicado em 27/10/2020 às 09h38.

# FGV: construção civil apresenta inflação de 1,69% em outubro

A taxa é superior a 1,15% observado em setembro

Agência Brasil



Foto: Divulgação/Governo da Bahia

O Índice Nacional de Custo da Construção-M (INCC-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que registra a variação de preços da construção civil nacional, registrou taxa de inflação de 1,69% em outubro deste ano.

A taxa é superior a 1,15% observado em setembro.

Com o resultado de outubro, o INCC-M acumula taxas de inflação de 6,34% no ano e de 6,64% em 12 meses.

Em outubro, os materiais e equipamentos tiveram inflação de 4,12% (acima dos 2,97% de setembro). Os serviços registraram alta de preços de 0,33% (acima do 0,13% de setembro). Já a mão de obra teve variação de preços de 0,19% (acima do 0,06% do mês anterior).



## ECONOMIA

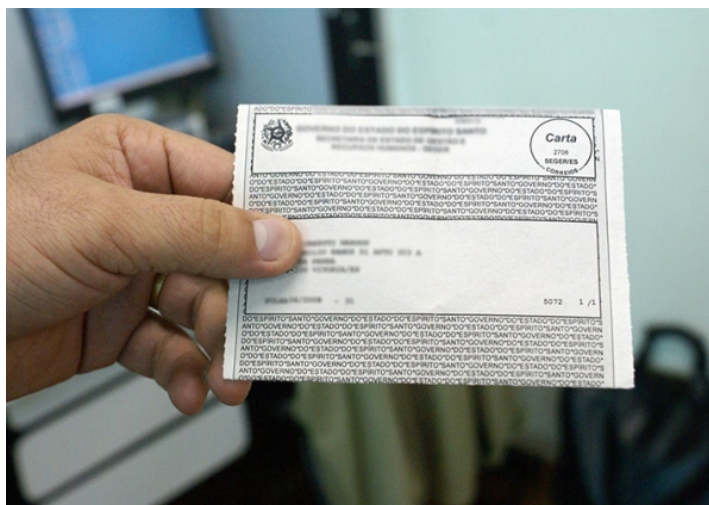
---

Publicado em 27/10/2020 às 06h38.

# CNI: entre 70 países, Brasil é o 6º que mais gasta com funcionalismo

A pesquisa é parte da campanha da entidade em defesa da reforma administrativa em tramitação no Congresso

Redação



Contra-cheque de servidor público. Foto: Reprodução/TV Servidor Público

Em uma lista com 70 países, o Brasil é o 6º que mais gasta com funcionalismo, segundo apontou levantamento feito pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), como parte

Em 2018, a despesa com servidores públicos ativos e inativos no país foi equivalente a 13,4% do PIB (Produto Interno Bruto).

A pesquisa da CNI é parte da campanha da entidade em defesa da reforma administrativa em tramitação no Congresso (PEC 32/2020).

“A reforma administrativa é um caminho para reduzir e racionalizar o gasto público, a fim de melhorar a qualidade e a eficiência do atendimento prestado à população”, afirma o presidente da





mas também aos anseios da sociedade por serviços essenciais como saúde, educação e transporte”.

Na lista dos 70 países, o Brasil está atrás de países como Arábia Saudita (16,5%), Dinamarca (15,3%), África do Sul (14,6%) e Noruega (14,3%).

Ainda conforme a CNI, o país supera nações mais ricas como Suécia (12,7%), França (12,1%), Itália (9,5%) e Alemanha (7,5%). Com informações da Folha de S.Paulo.



## MAIS NOTÍCIAS

---

ECONOMIA 09h38 de 27/10/2020



### **FGV: construção civil apresenta inflação de 1,69% em outubro**

A taxa é superior a 1,15% observado em setembro

---

## ECONOMIA

---

Publicado em 26/10/2020 às 12h42.

# Confaz divulga nova tabela de preços médios de combustíveis

Decisão saiu no Diário Oficial desta segunda-feira (26)

Agência Brasil



Foto: Reprodução/Agência Brasil

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) divulgou nova tabela de Preços Médios Ponderados ao Consumidor Final (PMPF) de combustíveis em todo o país.

A tabela traz o preço de onze produtos nas 27 unidades da federação e foi publicada na edição desta segunda-feira (26) do Diário Oficial da União (DOU).

Os novos valores passam a valer dia 1º de novembro. O PMPF é usado pelos estados como base para calcular o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mas não define os preços na bomba de combustível dos postos.





# CNI faz alerta sobre gasto com servidor no país e pede reforma administrativa

Documento da entidade com dados da OCDE aponta que despesas do governo com a folha se compara à de países ricos

Por Edna Simão — De Brasília

27/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Raio x do serviço público

Linha fina

Emprego no setor público como percentual da população (%), por região, 2016



Remuneração média mensal dos servidores por Poder em milhares de R\$, no âmbito federal, 2019

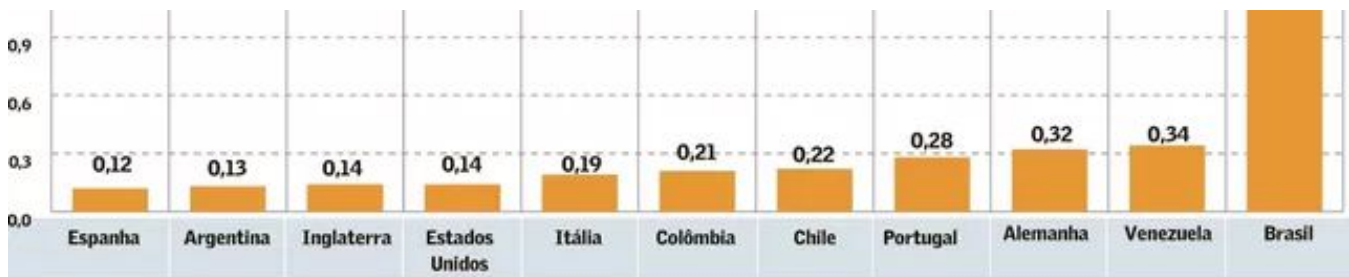


Prêmio salarial do setor público - diferença percentual da remuneração média dos servidores em relação aos trabalhadores da iniciativa privada



Despesa do Poder Judiciário como percentual do PIB(%), países selecionados






Fontes: CNI com dados do Banco Mundial, Instituto Millenium, Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil

Os servidores públicos representavam 5,6% população brasileira em 2016, índice se comparado à média de 9,6% dos países que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Por outro lado, as despesas do governo brasileiro com a folha de pagamento (ativo e inativos) são consideradas elevadas e correspondem a um percentual do Produto Interno Bruto (PIB) próximo, ou até superior ao de países ricos e reconhecidos pelo tamanho grande do Estado. No Brasil, o gasto com pessoal corresponde a 13,4% do PIB em 2018, sendo que a média da OCDE é de 9,9%.

As informações constam de nota econômica “O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países”, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No documento, encaminhado para autoridades do governo, líderes partidários e presidentes da Câmara e do Senado, a entidade defende a aprovação da reforma administrativa (PEC 32/2020).



No início de setembro, o governo encaminhou a proposta de reforma ao Congresso que deixa de fora os atuais servidores e também membros de Poderes como magistrados, parlamentares e promotores do Ministério Público. Mas, por outro lado, acaba com algumas distorções como férias com duração superior a 30 dias e aposentadoria compulsória como punição. Além disso, atinge servidores não só do Executivo como também de Estados e municípios.

“A revisão das regras gerais do funcionalismo brasileiro, contida na PEC 32/2020 (reforma administrativa), é tão relevante. Para a melhor compreensão do tema, é oportuno avaliarmos a situação brasileira em comparação com a de outros países”, informa a nota técnica. O entendimento é que, se não houver mudanças, esses gastos vão continuar crescendo. “Uma das consequências dessa destinação significativa e crescente de recursos para despesas com salários e aposentadorias dos servidores é a redução do espaço para despesas discricionárias e realização de investimentos públicos”, destaca a nota.

De acordo com o documento da CNI, o expressivo patamar do gasto com pessoal no Brasil se deve aos altos salários pagos, principalmente, na esfera federal. Mas a nota chama atenção para o comportamento dessa despesa no Poder Judiciário, que corresponde a 1,3% do PIB. Na Espanha, esse percentual é de 0,12% do PIB, na Argentina, de 0,13% do PIB, e, no Reino Unido, de 0,14% do PIB.

O documento mostra ainda que as despesas com servidores públicos, ativos e inativos, no Brasil equivaleram a 13,4% do PIB, em 2018 - considerando o governo geral (União, Estados e municípios). Esse percentual coloca o Brasil na sexta colocação entre mais de 70 países para os quais o Fundo Monetário Internacional (FMI) disponibiliza dados para 2018.

Na América Latina, conforme a nota econômica, na maioria dos países, os percentuais são bem inferiores: Colômbia (6,4%), Peru (6,6%) e Chile (6,9%), por exemplo. A principal exceção é a Costa Rica, com percentual relativamente próximo ao do Brasil, de 13,0%, mas ainda assim inferior.

# Dívida deste ano com órgãos internacionais passa de R\$ 4 bi

Do total previsto para 2020, apenas R\$ 15,4 milhões foram pagos

Por Edna Simão — De Brasília

27/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Fatura atrasada

Governo brasileiro acumula dívida com órgãos internacionais

### Do que o Brasil faz parte?

13 missões de paz

8 bancos multilaterais

106 organizações intergovernamentais

10 fundos internacionais

### Como estão os pagamentos para fazer parte desses organismos?

2020	Moeda	Compromisso	Pagamentos
Bancos	US\$ - Dólar americano	463.847.059	-
	R\$ - Real brasileiro	39.980.000	-
Fundos	US\$ - Dólar americano	17.432.569	-
	€ - Euro	3.169.148	-
Organizações	US\$ - Dólar americano	172.008.324	981.306
	R\$ - Real brasileiro	1.000.000	-
	FS\$ - Franco Suíço	30.122.628	-
	€ - Euro	41.281.661	392.217
	£ - Libra esterlina	844.409	201.890
	CAD - dólar canadense	1.357.018	1.357.018
	AU\$ dólar australiano	227.187	-

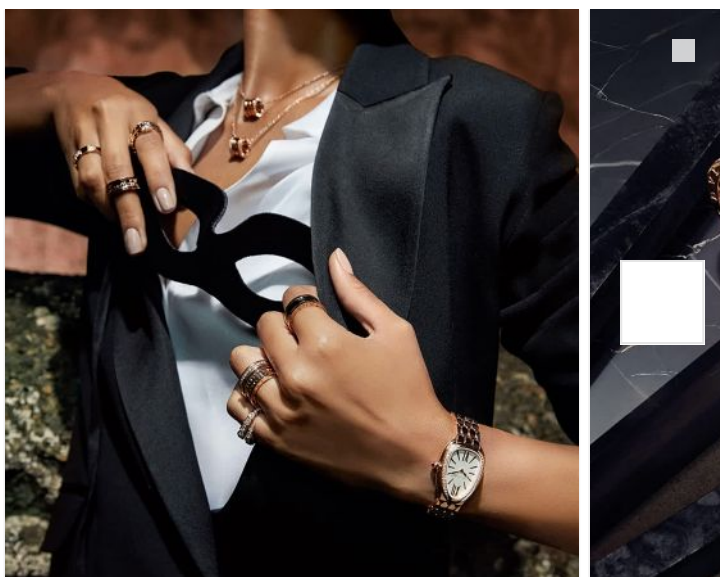
Fonte: Ministério da Economia

O governo brasileiro não tem honrado seus compromissos com a maioria dos organismos internacionais, fundos e bancos multilaterais. Do total de pagamentos previstos para o ano (R\$ 4,216 bilhões), foram desembolsados apenas R\$ 15,4 milhões para nove organismos internacionais, faltando um pouco mais de dois meses para terminar o ano.

Os dados foram levantados, a pedido do **Valor**, pelo Ministério da Economia. O montante da dívida - em dólar, libra esterlina, dólar canadense, dólar australiano e franco suíço - foi convertido pelo câmbio Ptax do dia 26 de outubro pelo Valor Data.

Atualmente, o Brasil faz parte de 13 missões de paz, 106 organizações intergovernamentais, oito bancos multilaterais e dez fundos internacionais.


PUBLICIDADE



BVLGARI **BVLGARI** - Sponsored

**BVLGARI B.ZERO1**

[Learn More](#)



BVLGARI **BVLGARI**

**BVLGARI**

[Learn More](#)

A equipe econômica reconhece as dificuldades de pagamento, fato que não é algo específico de 2020. Neste ano, no entanto, a situação se deteriorou mais, devido aos efeitos da pandemia de covid-19 na economia brasileira. O impacto tornou o Orçamento público, que já era limitado, ainda mais restritivo.

Apenas com organismos internacionais, o compromisso do Brasil estava calculado em R\$ 1,444 bilhão. Segundo informações do Ministério da Economia, apenas nove organismos internacionais receberam algum recurso do governo brasileiro neste ano.

Os organismos que receberam verba foram: Secretaria do Mercado Comum do Sul do Mercosul (SM), Centro Interamericano de Administração Tributária (CIAT), Comissão Latino Americana de Aviação Civil (CLAC), Organização Internacional do Café (OIC), Organização Marítima Internacional (IMO), Organização Mundial das Aduanas (OHI), Organização de Aviação Internacional (OACI).

Por outro lado, não foram pagos os compromissos de R\$ 84,44 milhões para Organização Mundial da Saúde (OMS); R\$ 458,45 milhões para a Organização das Nações Unidas (ONU); R\$ 28,77 milhões para Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e R\$ 90,32 milhões para Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também não foram feitas contribuições do Brasil para as missões de paz que participa.

O Ministério da Economia informou que, do compromisso de R\$ 2,653 bilhões para este ano com os bancos, nenhum foi cumprido. Nesse caso, não receberam recursos do país neste ano o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, conhecido como Banco do Brics) e Banco Asiático de Infraestrutura e Investimentos (AIIB).

Os fundos também não receberam recursos brasileiros. São os casos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), do Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (Fida), do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (FIDC) e do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin). Os compromissos do governo com os fundos somam R\$ 119,3 milhões.

Segundo o Ministério da Economia, o governo federal tem trabalhado com o objetivo de compatibilizar o “imperativo” do ajuste fiscal com as obrigações assumidas pelo país junto a organismos internacionais.

Nos últimos anos, no entanto, as leis orçamentárias anuais não contemplaram a integralidade dos compromissos junto às mais de cem instituições internacionais a que o Brasil é associado.



# Impactos da covid na dívida pública

Mercado de títulos indica que não consegue absorver muito mais emissões do Tesouro

Por **Evandro Buccini**

27/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Brasil foi um dos países emergentes que mais gastou recursos no combate a covid-19 e, principalmente, com as consequências econômicas da pandemia. Após um atraso inicial, até compreensível, o governo criou dois projetos com forte impacto na economia e nas contas públicas: o auxílio emergencial e o programa de manutenção do emprego, que devem custar no ano R\$ 376 bilhões.

O total de gastos adicionais deve passar de R\$ 600 bilhões e precisará ser financiado com emissão de dívida.

Essa pressão adicional já causou estragos no mercado de títulos. Após leilões maiores do que o esperado, os papéis prefixados e até as LFTs, pós-fixadas, começaram a sofrer sucessivas quedas de preços. O excesso de oferta vem em um momento em que há dúvida com o comprometimento do governo com o ajuste fiscal de médio e longo prazo, que é a causa da inclinação das curvas de juros no Brasil.

Uma das maneiras de saber quanto o governo precisa levantar de recursos no mercado é olhar a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) divulgado pelo Tesouro. Os dados mais recentes mostram despesas primárias de R\$ 746 bilhões, vencimentos de dívida de R\$ 1 trilhão, subtraindo R\$ 250 bilhões de recursos orçamentários chega-se em um total de R\$ 1,5 trilhão a ser financiado.

O governo usou uma exceção na lei que corrigiu o relacionamento entre o Tesouro e o Banco Central para usar R\$ 325 bilhões da reserva de lucros cambiais do Banco Central para abater dívida pública, então a NFSP para 2020 líquida dessa transferência é de R\$ 1,2 trilhão.

Outra forma de avaliar o impacto da covid na dívida pública é por meio do Plano Anual de Financiamento (PAF) do Tesouro. Desde que surgiu, em 2003, ele foi alterado quatro vezes no decorrer do ano. Em 2008, por causa da crise global, em 2015 e 2016 com a perda da credibilidade da política econômica e em 2020 devido à pandemia.

O estoque máximo de dívida projetado para o final do ano passou de R\$ 4,75 trilhões para R\$ 4,9 trilhões. Também importante, houve aumento na participação de títulos pré e queda nos pós-fixados. A inclinação da curva de juros pré pode aumentar a demanda por esses papéis, já que os mais longos estão com taxas muito mais altas do que a Selic, mas o custo da dívida aumentará.

Já a LFT sofre com a baixa demanda devido à Selic em níveis mínimos e risco fiscal elevado. Normalmente, pagando 100% da taxa Selic, esses títulos atualmente chegam a negociar a mais de 107% da Selic.

O PAF normalmente é cumprido, principalmente em relação ao tamanho da dívida, mas ele não conta toda a história. Grande parte do recurso de curto prazo que não é alocado em título público é absorvido pelo Banco Central na forma de operação compromissada. Com o aumento recente da poupança privada, o crescimento da emissão de títulos do Tesouro e forte queda de demanda por LFTs, o crescimento dessas operações foi recorde, R\$ 484 bilhões entre fevereiro e julho, aumento de 48%.

As compromissadas devem continuar aumentando e são contabilizados na dívida bruta. Não há um limite formal para elas, mas são um indicador de que há muito dinheiro que não quer ir para títulos públicos diretamente.

Do total de NFSP no ano, o governo conseguiu até setembro R\$ 915 bilhões, precisando emitir até dezembro R\$ 285 bilhões. Nos três meses até julho, o governo



emitiu mais de R\$ 332 bilhões, ultrapassando o recorde de 2015, quando a situação fiscal estava descontrolada.

Assumindo como hipóteses que o PAF será cumprido, que o Tesouro continue atuando conforme nas últimas semanas e desconsiderando rolagens, o governo ainda precisa vender por semana quase R\$ 18 bilhões de títulos prefixados, quase R\$ 5 bilhões de NTN-Bs e tem algum espaço para flexibilidade com pós-fixados, mas deve ficar pouco superior a R\$ 2,5 bilhões. Parece que o pior já passou, pois o leilão que causou maior impacto negativo, em meados de setembro, foi de R\$ 40 bilhões de títulos prefixados com taxas muito elevadas.

Foi muita emissão de título em pouco tempo. O país não tem poupança privada para absorver tudo isso de forma definitiva, ainda mais em um contexto de dúvidas sobre a credibilidade das regras fiscais e a vontade dos políticos de segui-las.

Desde 2015, os estrangeiros têm consistentemente reduzido sua participação nesses ativos. A inclinação da curva de juros é um dos principais indicadores do tamanho do risco fiscal. Os gastos para 2021, de acordo com o orçamento, já baterão no teto. O mercado de títulos indica que não consegue absorver muito mais emissões. No atual patamar nem a próxima geração conseguirá pagar a conta.

**Evandro Buccini é diretor de renda fixa e multimercados da Rio Bravo**

**E-mail: [evandro.buccini@riobravo.com.br](mailto:evandro.buccini@riobravo.com.br)**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Psicólogo online a partir de R\$60,00  
ZENKLUB

### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

# País deve conviver com mais inflação no curto prazo, afirmam especialistas

Por Letícia Fucuchima e Ana Paula Machado — De São Paulo

27/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



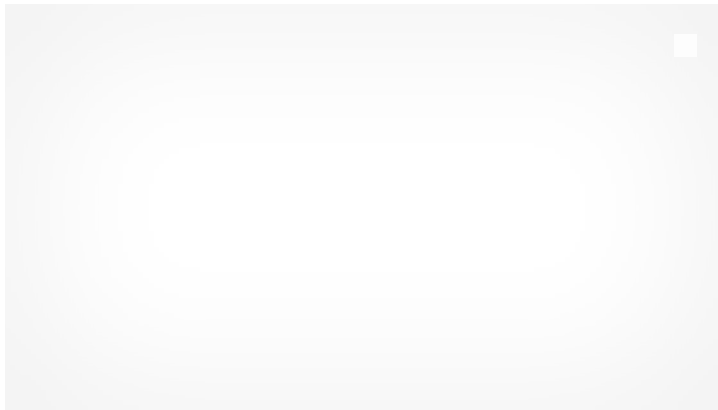
William Eid Junior, da FGV-SP: não há dúvidas de que a inflação deve se situar em patamares mais elevados — Foto: Claudio Belli/Valor

A retomada do consumo e outros fatores macroeconômicos, como o dólar estabilizado em torno de R\$ 5,50, devem fazer com que o país conviva com uma inflação mais elevada no futuro próximo, afirmaram especialistas na Live do **Valor** de ontem.

O professor e coordenador do Centro de Estudos em Finanças da FGV-SP, William Eid Junior, disse não ter dúvidas de que a inflação deve se situar em patamares mais elevados. Além de possíveis problemas de oferta, ele cita preocupações com a pressão por parte do IGP-M, cuja alta chegou a 18%, e com a permanência do dólar em torno de R\$ 5,50, sem perspectivas de recuo acentuado devido a problemas fiscais do governo.

Para o professor da FGV-SP, o país tem um cenário “ruim” à frente, combinando inflação mais alta e recessão. “Não acredito que a gente volte a ter níveis muito elevados, mas uma inflação superior a 2% e 3%, em 6% a 7%, podemos enfrentar nos próximos períodos. E isso tem implicações do lado fiscal do governo”, observou Eid.

PUBLICIDADE



O coordenador do Valor Data, William Volpato, observou que os preços, principalmente de alimentos, já estão sendo impactados por uma recuperação rápida do consumo. Essa é a análise que predominou no mercado após o IBGE ter divulgado na semana passada o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), a “prévia da inflação”, que subiu 0,94% em outubro.

“Do ponto de vista da oferta, há alguns segmentos que sofrem com a falta de matéria-prima para produzir, e isso encarece o produto e reduz a margem das empresas e pode ser repassado para preço. Tudo isso acaba formando essa conjuntura de preços. Se isso é sustentável ou não, não sabemos”, concluiu Volpato.

Na live de ontem, os especialistas comentaram ainda alguns detalhes da pesquisa do Anuário **Valor 1000**, tradicional publicação do **Valor** que circulará na sexta-feira. No ano passado, as empresas obtiveram crescimento de receita e Ebitda (sigla em

inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ante 2018, mas o lucro líquido apresentou queda.

“Tivemos, na verdade, pontos fora da curva. Grandes empresas que tiveram uma reversão muito forte de lucro para prejuízo distorceram a amostra”, explica Volpato.

Já neste ano, desde março as empresas têm sofrido com os impactos da pandemia da covid-19, em maior ou menor grau, afirmaram os especialistas. “Temos setores, como shoppings e construção, com perspectivas ruins, e outros, como bancos e similares, que ainda mantêm sua atratividade como investimento”, apontou Eid.

Apesar do baque num primeiro momento, os resultados das empresas no segundo trimestre, período crítico da pandemia, se mostraram até melhores do que o esperado. Contribuiu para isso a atenção para a gestão financeira do endividamento.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Psicólogo online a partir de R\$60,00  
ZENKLUB

### LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você  
BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais  
RENOV BY MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora  
TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

## Rio pede a Fux prazo para conciliar royalties do petróleo

Governador quer tirar da pauta do Supremo julgamento que pode causar perdas para o Estado na redistribuição de recursos

Por **Luísa Martins** — De Brasília

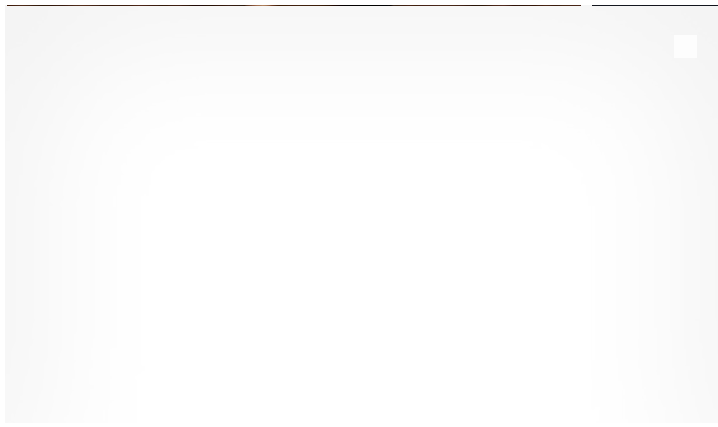
27/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Em mais uma tentativa de solucionar, pela via extrajudicial, o impasse em torno das regras para divisão dos royalties do petróleo, o governador em exercício do Rio de Janeiro, Claudio Castro, vai se reunir hoje à tarde com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux.

Após sucessivos adiamentos, a matéria está prevista para ser julgada em 3 de dezembro. O plenário vai decidir se confirma ou revoga a liminar concedida em 2013 pela ministra relatora, Cármen Lúcia, para suspender trecho da Lei dos Royalties sobre os critérios de distribuição.

Castro deve pedir a Fux que retire o processo da pauta. Em troca, vai se propor a liderar uma nova possibilidade de acordo que envolva parlamentares estaduais e federais, União e outros governadores envolvidos.



O Rio estima perda de R\$ 57 bilhões nos próximos cinco anos caso a liminar seja derrubada - valor significativamente alto para um Estado em crise fiscal.

A proposta do governador em exercício - que assumiu após o afastamento de Wilson Witzel, determinado em setembro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) - é tentadora para Fux, um entusiasta da conciliação como forma de resolver conflitos sem sobrecarregar o Judiciário.

Entretanto, ao ceder a esse apreço, o ministro iria de encontro aos seus discursos mais recentes em defesa da colegialidade das decisões. Desde que levou a plenário o caso do traficante André do Rap, que gerou mal-estar com o ministro Marco Aurélio Mello, ele tem batido na tecla de que é importante “desmonocratizar” o tribunal.

No caso da liminar da ministra, o caso é ainda mais delicado, pois trata-se de uma monocrática que já dura sete anos, sem nunca ter sido levada a plenário.

Sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, a Lei dos Royalties aumentou os recursos destinados a Estados não produtores de petróleo e reduziu os ganhos dos produtores, como Rio, São Paulo e Espírito Santo.

Ao analisar o caso, Cármen Lúcia entendeu que essa parte da norma causava prejuízo ao direito adquirido dos Estados produtores. Com a decisão, voltou a valer o método anterior de divisão.

No ano passado, a relatora chegou a propor um acordo para que os entes interessados resolvessem o conflito. Uma comissão foi criada para que os

procuradores-gerais dos Estados, em conjunto com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), pudessem debater o tema.

As tratativas, porém, não avançaram no ritmo esperado e, vinda a pandemia, paralisaram. O governo capixaba também apresentou um modelo conciliatório que, de igual modo, não vingou.

Os Estados não produtores, assim como a CMN, veem nas propostas uma tentativa de manter as coisas como estão - vantajosa apenas para os produtores.

Em 2019, quando o plenário decidiu manter a obrigatoriedade dos Estados produtores de repassarem 25% dos royalties a todos os municípios de seu território, os ministros deram indícios de como devem se posicionar no julgamento de dezembro.

O ministro Edson Fachin, por exemplo, sustentou que os royalties são da União, cabendo à ela a decisão sobre a melhor forma de distribuição. Já Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Fux sinalizaram que os Estados produtores também podem ser considerados “donos” da quantia.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Psicólogo online a partir de R\$60,00  
ZENKLUB

### LINK PATROCINADO

Ensine o valor do dinheiro desde cedo para sua criança e com segurança  
BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

App grátis vira o segredo de empreendedores de sucesso em Salvador: use agora  
OLIST

### LINK PATROCINADO

Se encante com as belezas que só o Brasil pode oferecer  
ALL- ACCOR LIVE LIMITLESS



# Uma sugestão para financiar o Renda Cidadã

Programa contribuiria para a manutenção das taxas de juros baixas no curto prazo

Por Alexandre Manoel

27/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





— Foto: Frantisek Krejci/Pixabay

O presidente Jair Bolsonaro solicitou publicamente sugestão para financiar o programa social que substituirá o auxílio emergencial, a partir de janeiro de 2021. A sugestão deve caber dentro do teto e impedir que os informais atingidos pela pandemia fiquem desassistidos, contemplando também a necessidade de suavizar a flutuação da renda nacional, ao impedir que os beneficiários desse auxílio tenham renda abruptamente interrompida em dezembro.

Cinco pesquisadores<sup>1</sup> propuseram um programa que atende aos requisitos do pedido do presidente Bolsonaro. A proposta deles garante que os membros das famílias do Cadastro Único (CadÚnico) tenham uma renda mínima de R\$ 125 per capita. Adicionalmente, os integrantes do CadÚnico seriam contemplados com poupança Seguro Família, a fim de amenizar a flutuação da renda, programa Mais Educação, incentivando a educação das crianças e jovens, assim como uma expansão do programa Criança Feliz, com vistas a fomentar o desenvolvimento infantil dos integrantes do Cadastro.

**Programa contribuiria para a manutenção das taxas de juros baixas no curto prazo, aplainando as taxas de longo prazo**

PUBLICIDADE

Com isso, uma família de quatro pessoas integrantes do CadÚnico teria uma renda de quase meio-salário mínimo, chegando a um valor maior, dependendo das características da família e das poupanças que o novo programa orçado em R\$ 57 bilhões possibilitaria. O atual Bolsa Família paga cerca de R\$ 192 mensal por família, em média, em um universo muito mais limitado de cobertura que o Cadastro Único, que permite o cadastramento de famílias com renda de até meio salário mínimo per capita ou três salários mínimos de renda familiar total, englobando substancial parcela dos trabalhadores formais e informais.

A sugestão desses cinco pesquisadores é que esse programa seja financiado com recursos do Bolsa Família, do Abono Salarial, do Salário-Família e do Seguro Defeso. Dada a restrição orçamentária, entre as propostas publicamente disponíveis, essa parece ser a mais simples e efetiva, conciliando responsabilidade fiscal e social, além de permitir uma implantação imediata.

Como já existem disponíveis R\$ 34 bilhões para o Bolsa Família na proposta orçamentária que tramita no Congresso Nacional, então faltam R\$ 23 bilhões para tornar o Renda Cidadã já disponível em janeiro de 2021, se tal proposta for adotada. Neste artigo, defende-se a tese de que a inviabilidade política dessa proposta decorre de as fontes de financiamento sugeridas não permitirem que o Renda Cidadã seja implantado imediatamente em janeiro. Isso porque nem os recursos do Abono Salarial nem os do Seguro Defeso ficam disponíveis em 2021.

Logo, a sugestão deste artigo é que, enquanto o Abono Salarial e o Seguro Defeso estão sendo alterados e os recursos vão ficando disponíveis, o que se estima ocorrer em um prazo de dois anos, o Renda Cidadã seja financiado por meio das disponibilidades financeiras dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO).

A Constituição Federal (art. 159) destina 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo por meio do FNE, FNO e FCO, que totalizam cerca de R\$ 14 bilhões por ano. Além destes recursos, há um retorno financeiro anual de R\$ 27 bilhões das operações de crédito realizadas, R\$ 34 bilhões

em disponibilidade de caixa e R\$ 7 bilhões de despesas. Isso gera um montante anual de R\$ 68 bilhões para ofertar operações de crédito.

Contudo, nos últimos anos, esses fundos têm efetivamente emprestado R\$ 41 bilhões em média, gerando uma ociosidade de R\$ 27 bilhões na utilização dos recursos. Nesse sentido, há a oportunidade de destinar R\$ 23 bilhões das disponibilidades anuais para financiar o Renda Cidadã, sem prejudicar a oferta de financiamento ao setor produtivo.

De fato, a ideia é repassar parte das disponibilidades desses fundos (por um ano) para financiar o Renda Cidadã, enquanto o Abono Salarial, o Seguro Defeso e o Salário Família vão sendo incorporados. Com isso, permite-se que o auxílio emergencial não seja interrompido em dezembro, nem haja necessidade de aumentar carga tributária. Além disso, cria-se o Renda Cidadã diminuindo-se despesas obrigatórias, sem impacto primário e mantendo o teto dos gastos públicos.

Entende-se que o teto pode ser mantido sem qualquer flexibilização. Para que isso ocorra, o governo deve prorrogar o orçamento de guerra com simultânea medida provisória regulamentando a prorrogação apenas para fazer face à transição de um ano da reformatação do Abono Salarial e do Seguro Defeso. Neste caso, não haverá qualquer impacto no resultado primário. Isso porque o governo cancelará as transferências primárias para esses fundos em 2021, indo estas para o Renda Cidadã.

Assim, haverá R\$ 14 bilhões redirecionados dos fundos e R\$ 9 bilhões virão da diminuição de despesas durante a transição do Abono Salarial e Seguro Defeso, totalizando os R\$ 23 bilhões adicionais ao Bolsa Família, a fim de lançar o Renda Cidadã já em janeiro, sem impacto no resultado primário. Nasceria, portanto, um programa com responsabilidade social e fiscal, contribuindo para a manutenção das taxas de juros baixas no curto prazo e aplainando as taxas de juros de longo prazo, o que restauraria a esperança de mais investimentos e de um futuro melhor.

Por fim, é possível que haja resistência de personagens das regiões atendidas pelos fundos, em virtude da diminuição das disponibilidades no próximo ano. Neste caso, deve-se atentar para o fato de que a oferta de empréstimos observada nos últimos

anos não será impactada e que suavização das rendas dos beneficiários do auxílio emergencial beneficiará preponderantemente essas regiões.

1 Botelho, Vinícius et al. *Programa de Responsabilidade Social: Diagnóstico e Proposta*. Centro de Debates de Políticas Públicas, setembro de 2020, São Paulo

## Alexandre Manoel é economista do Ipea e ex-secretário dos Ministérios da Economia e da Fazenda.

---

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

#### LINK PATROCINADO

Psicólogo online a partir de R\$60,00

ZENKLUB

#### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

#### LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você

BANCO INTER

#### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

#### LINK PATROCINADO

App grátis vira o segredo de empreendedores de sucesso em Salvador: use agora

OLIST

#### LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido no ouvido então precisa ver isso urgente

TINNITUS PRO

por taboola

---

### Conteúdo Publicitário

#### VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: CoronaVac é a vacina mais segura e EUA pedem máscara obrigatória em avião e trem



PUBLICIDADE

🔑 EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

# Gasto do governo federal com salário de servidor cai pela primeira vez desde 2012

Governo faz 'reforma silenciosa' ao reduzir reposição de servidores e digitalizar serviços públicos. Ausência de reajuste também ajuda a conter gastos

**Geralda Doca e Manoel Ventura**

27/10/2020 - 04:30 / Atualizado em 27/10/2020 - 08:24



Cálculos preliminares do Ministério da Economia apontam redução de 0,1% nos gastos com salários de funcionários da ativa do Poder Executivo Foto: Geraldo Magela / Agência O Globo





---

BRASÍLIA — O governo federal espera conseguir, neste ano, reduzir pela primeira vez os gastos com a [folha de pagamento de servidores](#) ativos do Poder Executivo. Cálculos preliminares do Ministério da Economia indicam que a despesa com funcionários encolheu 0,1% em 2020, até agora, na comparação com o mesmo período do ano passado. Este resultado segue um padrão de contenção do gasto com pessoal iniciado em 2017.

---

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

---

## **Servidores públicos:** [Brasil é o 6º país que mais gasta com funcionalismo](#)

De acordo com a Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, de 2010 a 2017, a folha de pessoal ativo do Poder Executivo federal cresceu em média 9,3% ao ano, todos os anos. Foi resultado da contratação de mais servidores do que aqueles que se aposentavam e de aumentos salariais.

A partir do governo Michel Temer, as despesas com pessoal desaceleraram. Em 2019, na comparação com 2018, o crescimento foi de apenas 0,4%.



— Uma folha que vinha crescendo quase 10% ao ano, de 2017 para 2018, passou a crescer 1,5%. De 2018 para 2019 foi menos de meio por cento, e este ano podemos ter uma situação de crescimento negativo. Ou seja, a folha de ativos diminuir de tamanho, pela primeira vez, desde que essa série histórica começou a ser acompanhada — disse o secretário adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Rubin, ressaltando que os gastos deste ano ainda não foram fechados.

A série histórica da folha começou em 2012.

**Painel interativo:** [Veja o que os gastos do governo têm a ver com os seus](#)

Para conseguir frear o crescimento das despesas com salários, o governo tem adotado duas estratégias principais: reduzir a taxa de reposição de servidores aposentados para o menor patamar da série histórica e apostar na digitalização dos principais serviços públicos.

---

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

---

---

## Reforma silenciosa

Atualmente, para cada 100 servidores que se aposentam ou deixam o posto, o governo repõe apenas 26. Nas gestões do PT, o número de contratações superava o total de vagas abertas, o que levou ao crescimento da máquina.

Em 2014, pico desse processo de inchaço da folha, foram contratados 168 servidores para cada 100 vagas liberadas.

## Até 2030: Gastos com salários e pensões deixam capitais como Rio e São Paulo sem fôlego para investir

Além disso, o governo não tem dado reajuste para servidores federais. É o que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem chamado de “reforma administrativa silenciosa”.

A folha de ativos do Executivo federal custa cerca de R\$ 95 bilhões ao ano. Manter um crescimento próximo a 10% representaria um gasto extra de R\$ 9 bilhões anualmente, ressalta Rubin:

— Aproveitar o espaço aberto pela digitalização dos serviços e repensar a política de contratação é uma política de gestão.

---

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

---

O enxugamento da máquina pública vem sendo tocado como diretriz de governo, no âmbito de uma reforma administrativa. Para os técnicos da equipe econômica, a proposta de emenda à Constituição (PEC) enviada em setembro à Câmara dos Deputados é apenas parte do processo.

### **Míriam Leitão:** Reforma administrativa só para novos servidores não reduzirá custos

— Nós abraçamos com velocidade a digitalização de vários serviços. O que faz com que não haja necessidade de reposição de todos os aposentados. Além disso, estamos manejando melhor os quadros. Tinha lá, por exemplo, cem pessoas fazendo um processo e, com a transformação digital, você descobre que era preciso ter 30 pessoas para fazer isso — afirmou ao

GLOBO o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Paes de Andrade.

O secretário garante que as vagas abertas não serão necessariamente preenchidas, bem como que os serviços não deixarão de ser feitos por falta de servidores.

---

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

---

A proposta de Orçamento de 2021, encaminhada pelo governo ao Congresso, abre a possibilidade de contratar cerca de 48 mil funcionários para o Poder Executivo. Segundo o secretário, essas vagas não serão preenchidas em sua totalidade.

**Funcionalismo:** [Elite dos servidores federais, como auditores, custa quase três vezes a média dos demais](#)

— O que não pode é obrigatoriamente, para cada servidor que se aposenta, contratar uma pessoa. Não pode obrigatoriamente ocupar o cargo porque ele existe. As pessoas têm que ser necessárias. A gente está fazendo uma gestão pragmática. Em alguns lugares, sim, vai precisar de gente. Em outros lugares não vai precisar de reposição

---

## Economia de R\$ 2 bi

Andrade disse que o governo chegou na marca de mil serviços digitalizados. A medida tem potencial para gerar uma economia de R\$ 2 bilhões por ano para os cidadãos, segundo estimativas oficiais. São cortes de gastos com deslocamento, por exemplo.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Entre os serviços disponíveis por meios eletrônicos estão por exemplo, a emissão da carteira de trabalho. O processo foi finalizado em 2019 e liberou 3,2 mil atendentes de carreira ou terceirizados.

A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) também foi digitalizada. De acordo com o governo, cerca de 80 milhões de usuários já estão cadastrados nos serviços digitais do governo.

**Dívida pública:** [Entenda em 5 pontos como desequilíbrio afeta a economia e a sua vida](#)

Cerca de 90% serviços oferecidos pelo INSS também foram levados para o digital. Mas o INSS acabou virando um exemplo de entraves dessa digitalização e da baixa reposição de servidores.

A falta de servidores e a dificuldade na digitalização represaram a concessão de benefícios, e o governo teve que recorrer a servidores aposentados do órgão e militares da reserva para conseguir atender os pedidos represados.

#### O GLOBO RECOMENDA

**Covid-19: Estudo do Imperial College indica que imunidade contra coronavírus cai rapidamente**



**Guedes: 'Acho que na Coreia do Norte não há dúvida sobre tomar a vacina ou não'**

Veículo: Metro1	
Data: 27/10/2020	Caderno: Economia



## Brasil é o 6º país que mais gasta com servidores públicos, aponta estudo

Despesa com pessoal de União, estados e municípios equivaleu a 13,4% do PIB em 2018, segundo levantamento com 70 nações. Arábia Saudita e Dinamarca estão à frente

**Eliane Oliveira**

27/10/2020 - 00:01 / Atualizado em 27/10/2020 - 10:45



Esplanada dos ministérios: considerando apenas o nível federal, o Poder Executivo responde pela maior parcela da despesa com pessoal ativo, com 75,7% Foto: Michel Filho / Agência O Globo

BRASÍLIA— As **despesas com servidores** públicos ativos e **inativos** no Brasil estão entre as mais elevadas entre um universo de cerca de 70 países em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), segundo a nota econômica “O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países”, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os gastos com pessoal da União, dos estados e dos municípios equivaleram a 13,4% do PIB em 2018, o que coloca o país na 6ª posição, atrás apenas de Arábia Saudita, Dinamarca, África do Sul, Noruega e Islândia.

Neste ano, o governo federal **espera conseguir reduzir** pela primeira vez, desde 2012, os gastos com a folha de pagamentos de servidores ativos do Poder Executivo.

O estudo foi encaminhado ao governo, a líderes partidários e aos presidentes da Câmara e do Senado. De acordo com a CNI, a principal explicação para o maior comprometimento do Orçamento brasileiro com o funcionalismo está na vantagem salarial dos servidores em relação aos trabalhadores da iniciativa privada.

A remuneração de trabalhadores do setor público federal é 67% maior, o índice mais alto analisado no estudo do Banco Mundial “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, que inclui 53 países.

O prêmio salarial dos servidores estaduais (31%) também se encontra entre os mais altos do mundo. Em média, a vantagem salarial do funcionalismo é de 18% entre os países pesquisados.

No ranking, o Brasil está à frente de países desenvolvidos e reconhecidos pela participação ativa do Estado: Suécia (12,7%), França (12,1%), Itália (9,5%) e Alemanha (7,5%).

Em média, o gasto com trabalhadores públicos representou 9,9% do PIB entre os integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou seja, 3,5 pontos abaixo do índice brasileiro. Na América Latina, os percentuais também são inferiores: na Colômbia são 6,4%, no Peru, 6,6%, e no Chile, no 6,9%.

# ***Importância da folha***

A CNI destaca ainda que, no Brasil, as despesas com funcionários públicos, ativos e inativos, são elevadas para o padrão internacional e, se não houver mudanças, continuarão a crescer.

Uma das consequências dessa destinação significativa e crescente de recursos para despesas com salários e aposentadorias dos servidores é a redução do espaço para despesas discricionárias (não obrigatórias) e investimentos públicos.

Por essa razão, a revisão das regras gerais do funcionalismo público brasileiro, contida na PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa, é tão relevante.

— A reforma administrativa, em tramitação no Congresso, é um caminho para reduzir e racionalizar o gasto público, a fim de melhorar a qualidade e a eficiência do atendimento prestado à população. O Estado precisa ter condições de responder pelo funcionalismo, mas também aos anseios da sociedade por serviços essenciais como saúde, educação e transporte — disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

De acordo com Mário Sérgio Carraro Teles, gerente de política econômica da entidade, a reforma administrativa é um dos caminhos para que o governo ajuste as despesas com o funcionalismo à realidade, pois ela acaba com alguns benefícios, como promoções e progressões por tempo de serviço.

O problema é que as despesas de pessoal continuam crescendo.

— Estamos passando por um ajuste fiscal desde 2015/16 e, mesmo assim, os aumentos salariais não pararam no setor público até 2019, enquanto os salários do setor privado estão em queda. É preciso trazer a concessão de reajustes para dentro da realidade — afirmou.

Teles cita um estudo da OCDE, com base em dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo o qual, em 2018, o número de funcionários públicos no Brasil correspondia a 12,5% do total de empregados no país.

No mesmo ano, esse percentual foi de 11,9% na média dos países da América Latina e Caribe e de 21,1% na média dos países da OCDE.

Considerando apenas o nível federal, o Poder Executivo responde pela maior parcela da despesa com pessoal ativo, com 75,7%, seguido do Judiciário (18,4%), do Legislativo (3,1%) e do Ministério Público (2,8%).

Com relação ao número de servidores ativos por Poder, no âmbito federal, o Executivo concentra a maior parte, com 85,2%, seguido por Judiciário (12,3%) e Legislativo (2,5%).

“Ou seja, há expressiva concentração do Executivo em termos de número de servidores, o que explica a elevada participação desse Poder no gasto federal com o funcionalismo público”, diz um trecho do estudo da CNI.



De acordo com os autores do estudo, o Atlas do Estado Brasileiro 2018, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que, em 2016, o Brasil contava com 12 milhões de funcionários públicos ativos, incluindo militares e considerando as empresas públicas — sem estas, o total cairia a 11,5 milhões, ou 17% do emprego formal no país.

Desses 11,5 milhões de funcionários públicos ativos, a maior parte estava nos governos municipais, 57%, enquanto os servidores dos governos estaduais representavam 32,6%, e os do governo federal, 10,4%.

Embora o governo federal tenha apenas 10,4% dos servidores, seus gastos com pessoal correspondem a 25% do total nos três níveis federativos. Isso ocorre porque a União paga os maiores salários.

No nível estadual, os gastos são 39,6% do total, e no municipal, 35,5%, para um número muito maior de servidores, também segundo dados do Ipea.

## ***Em 2019, R\$ 319 bilhões***

De acordo com o Ministério da Economia, o gasto total com servidores federais ativos somou R\$ 319,5 bilhões em 2019. Desse valor, 56,5% (R\$ 180,4 bilhões) foram gastos com servidores ativos, e 43,5% (R\$ 139,1 bilhões), com inativos (aposentados e pensionistas).

PUBLICIDADE

No Poder Executivo federal, os servidores civis ativos somam 608 mil e representam menos da metade do total de vínculos; os aposentados somam 427 mil, e os pensionistas, 239 mil. Estes dois últimos grupos,

inativos, absorvem 47,1% das despesas líquidas com funcionários públicos federais do Executivo.

No Legislativo federal, aposentados e pensionistas respondem por quase metade (46,4%) das despesas desse Poder com funcionalismo. No âmbito do Judiciário federal, são 26,3%.

No caso do Ministério Público federal, essa parcela é bastante inferior (14,3%), mas isso se deve ao fato de grande parte das contratações do órgão ter ocorrido em período relativamente recente.

Veículo: Metro1	
Data: 26/10/2020	Caderno: Economia



## Economia

### Petrobras reduz preço do diesel em 4% e da gasolina em 5% a partir desta terça

Para a gasolina, esta é a segunda redução em outubro, após queda anunciada em meados do mês, quando o diesel ficou estável



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 26 de Outubro de 2020 · 22:00

A Petrobras informou hoje (26) redução do preço médio do diesel em 4% e da gasolina em 5% nas refinarias, a partir de amanhã (27).

Para a gasolina, esta é a segunda redução em outubro, após queda anunciada em meados do mês, quando o diesel ficou estável.

Na sexta-feira (23), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) voltou a divulgar o seu levantamento semanal de preços de combustíveis. O preço do litro da gasolina nos postos foi apurado em R\$ 4,357 na semana de 18 a 24 de outubro. O valor do litro do diesel ficou em R\$ 3,448.



## mercado

PAINEL S.A.  
EngrenagemJoana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

Em mais um dos reflexos do baque da pandemia sobre a indústria automobilística, as concessionárias agora enfrentam falta de alguns modelos para vender. Os casos têm levado as empresas a pedirem 90 dias de espera aos consumidores. Segundo a Anfavea (associação de montadoras), o problema é pontual e atinge principalmente as categorias que começam a crescer na pandemia, como SUVs, pick-ups e furgões, além dos lançamentos, que têm demanda menos previsível.

**PNBU** Não se trata de desabaqueamento, segundo executivos que atuam no segmento. Pelo contrário, o setor está com grande capacidade ociosa. Quando ocorrer grandes mudanças na economia, o mix de carros mais demandados também varia. E a indústria faz o pedido de peças três meses antes da produção.

**CARGA** O TJSP (Tribunal de Justiça de SP) negou, nesta segunda (26), o pedido da Fiesp para derrubar trechos do pacote de ajuste fiscal do governo João Dória, que sobrecarrega o ICMS de diversos setores. A entidade foi à Justiça na semana passada dizendo que a medida é inconstitucional.

**CALCULADORA** Segundo a decisão do TJSP, a Constituição Federal prevê a revogação de benefícios fiscais ligados ao ICMS pelo governo estadual. A medida trata como benefício a ser cortado toda alíquota que estiver abaixo de 18%.

**BOLSO** A Fiesp diz que a decisão é monocrática e que vai recorrer ao órgão especial do Tribunal de Justiça. O pacote de ajuste fiscal de Dória vem sofrendo críticas na indústria porque chega em um momento de fragilidade econômica por causa da pandemia.

**CASA** Após devolver metade de seus andares de escritório na capital paulista, rumo ao home office definitivo, a XP comprou móveis para dar aos seus 3.000 funcionários. A empresa lançou uma plataforma para eles escolherem itens como mesas e luminárias.

**POSTURA** Segundo Lucas Aguiar, responsável por produtos de RH da XP, a ação faz parte do pacote de segurança do trabalho e foi pensada como forma de antecipar as medidas que o governo deve implementar no home office.

**ACESSO** As mulheres foram escolhidas para ocupar 49% das vagas abertas em 2019 nos conselhos de administração de empresas europeias, segundo a consultoria Heidrick & Struggles. Foi o maior resultado já registrado, impulsionado pela adoção de cotas. O índice mais alto de seleção feminina foi o da Irlanda, com 60%.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## INDICADORES

## JUROS

Outubro, em % ao mês

Mínimo Máximo

7,73 8,00

3,89 7,89

Cheque especial

Empréstimo pessoal

Fonte: Procon-SP

## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência outubro

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045,50 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045,50 R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045,01 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

\*O prazo da competência de outubro vence em 20 nov para empresas; para pessoas físicas, vence em 16 nov. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

## IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Aliquota, em % Deduzir, em R\$

Até 1.903,98 Isento 142,80

De 1.903,99 até 2.826,65 7,5 354,80

De 2.826,66 até 3.751,05 15 636,13

De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 869,36

Acima de 4.664,68 27,5

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota Mínima Máximo em R\$

Empregado De 7,5% 97,04 713,09 a 14%

Empregador 20% 250,50 1.220,21

\*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 6 nov. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS de emprego doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

## Emprego formal cresceu quase 2% em 2019, mas com salários menores

Rais revela que média salarial registrou redução de 1,31% no ano passado, na comparação com 2018

Thiago Resende

**BRASÍLIA** O número de empregos formais no país avançou quase 2% no ano passado. Apesar da alta, a maior desde 2013, a média salarial caiu 1,31% ante o ano anterior.

O balanço foi apresentado nesta segunda-feira (26) pelo Ministério da Economia. A Rais (Relação Anual de Informações Sociais) de 2019 reúne dados de trabalho formal nos setores público e privado.

O Brasil encerrou o ano passado com 47.554.211 vínculos de emprego formal. Em 2018, eram 46.631.115 postos.

Mas o número de empregos formais segue abaixo de 2013, 2014 e 2015, quando chegou a 49,5 milhões de vagas.

A ampliação foi puxada pelo desempenho das regiões Sul (crescimento de 3,31%) e Sudeste (2,79%). Norte (-0,53%) e Nordeste (-0,42%) registraram resultado mais tímido. Já a região Centro-Oeste foi a única que teve redução no estoque de emprego — queda de 0,91% em relação ao ano anterior.

A construção civil foi o setor em que o mercado de trabalho mais se expandiu, com avanço de 9,64%. Em seguida, comércio (2,56%),

indústria (1,77%) e serviços, que, apesar da alta mais modesta (1,44%), é o que mais emprega no país.

O setor de agropecuária teve redução no emprego formal em 2019, com queda de 1,03%.

Os trabalhadores com contratos por CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) correspondem a quase 80% do total de vínculos do ano passado.

Mas entre 2018 e 2019, houve redução nos contratos celetistas com prazo indeterminado, enquanto que os de prazo determinado passaram de 1,1% para 1,4% no período.

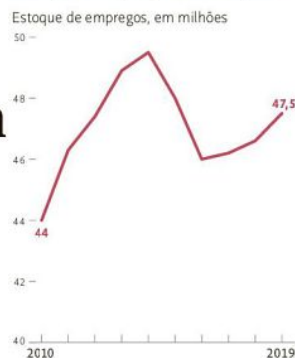
Quanto à remuneração, a Rais mostrou que se mantém a tendência de reduzir os salários que já havia sido identificado em 2018.

A remuneração média caiu de R\$ 3.213,14, em 2017, para R\$ 3.198,05, em 2018, e para R\$ 3.156,02 no ano passado. Os números foram corrigidos pela inflação.

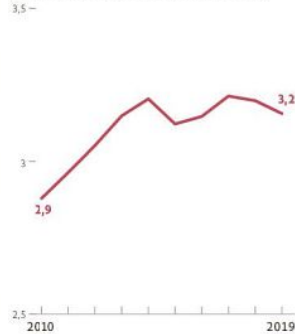
A redução foi registrada nas cinco regiões do país, em 21 unidades da federação e em todos grandes grupos de setor econômico.

Mulheres eram minoria no mercado de trabalho formal, 44%, com remuneração média 13,5% menor que a dos homens.

## Evolução do emprego formal no país



## Remuneração média, em milhares de R\$\*



## Estoque por tipo de vínculo, em milhões

\*Valores atualizados pelo INPC  
Fonte: Ministério da Economia

## Consumo de empresas e famílias puxa alta de 2,9% de novos empréstimos em setembro

Larissa Garcia

**BRASÍLIA** Com o arrefecimento do isolamento social e a alta no consumo, os bancos emprestaram R\$ 367 bilhões em setembro, alta de 2,9% em relação a agosto. Os dados foram divulgados pelo Banco Central nesta segunda-feira (26).

Houve alta na concessão de crédito tanto para empresas, de 2,3%, quanto para famílias, de 5,7%. A variação foi registrada com ajuste sazonal, que retira peculiaridades do período, como número de dias úteis a mais ou a menos, para facilitar a comparação.

A expansão foi puxada por linhas que são diretamente ligadas ao consumo, como o cartão de crédito à vista (3,6%) e aquisição de veículos (9,6%), ambos de pessoas físicas.

Para as empresas, linhas que precisam de vendas para garantir, como desconto de duplicatas (18,3%) e antecipação de recebíveis (19,8%) cresceram no mês.

"Antecipação de recebíveis e desconto de duplicatas têm crescimento sazonal em setembro, é o início da preparação para vendas de fim de ano. Ainda assim, é um movimento importante no contexto atual, sinaliza recuperação", analisou o chefe-adjunto do departamento de estatísticas do BC, Renato Baldini.

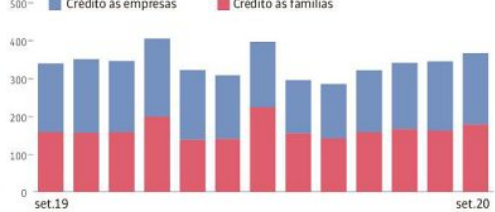
A concessão de crédito pessoal para pessoas físicas aumentou 2,3%, mas o consignado, descontado diretamente na folha de pagamento, recuou 0,8%.

Operações de capital de giro para empresas cresceram 27,9% em setembro. Já a conta garantida, semelhante ao cheque especial (de curto prazo e juros mais altos), caiu 8,2%.

O crédito imobiliário, que foi responsável pelo aumen-

## Cresce a concessão de crédito no país

Total de novos empréstimos mês a mês\*, em R\$ bi



\*Série sem ajuste sazonal | Fonte: Banco Central

to nos empréstimos em agosto, aumentou 44,7% para empresas, mas teve queda de 1,2% para as famílias em setembro.

No acumulado do ano, os bancos emprestaram 6% a mais que em igual período de 2019, com alta de 14,1% para empresas, alcançada por programas de estímulo ao crédito do governo e do BC para fazer frente à crise, e de 0,9% para as famílias.

"Temos fatores favoráveis ao mercado de crédito e à redução do custo, como o nível da taxa básica de juros [Selic] e os programas de crédito direcionado", explicou Baldini.

Com isso, a carteira de crédito do sistema financeiro, que traz o total de recursos emprestados, foi a R\$ 3,8 trilhões em setembro, alta de 1,9% no mês e 13,1% em 12 meses.

A taxa média de juros das operações contratadas em setembro ficou em 18,1% ao ano, queda de 0,5 ponto percentual no mês e de 5,9 pontos percentuais em 12 meses.

"Observamos aumento no saldo de modalidades com juros menores e queda em linhas mais caras, como cheque especial e cartão de

crédito rotativo. Isso impactou também na redução da média das taxas de juros, no que chamamos de efeito composição", explicou o técnico do BC.

O spread, diferença entre a taxa que os bancos pagam para captar recursos e a taxa cobrada em empréstimo, ficou em 14,3 pontos percentuais, redução de 0,6 ponto e de 4,5 pontos, nos mesmos períodos.

A inadimplência alcançou, mais uma vez, o menor patamar da série histórica, iniciada em março de 2011, com 2,4% em setembro. Em agosto, o índice já tinha sido o mais baixo do período, com 2,6%.

O pagamento de auxílios do governo e a prorrogação das parcelas dos empréstimos evitaram a alta dos calotes em meio à pandemia.

"Não observamos focos de inadimplência, há crescimento nas negociações. Pela expansão do crédito, poderíamos prever aumento no comprometimento de renda das famílias, o que poderia gerar risco, mas na prática esse comprometimento tem evoluído de forma positiva também", afirmou Baldini.

**MERCADO**  
ELEVA PERSPECTIVA PARA A SELIC EM 2021 A 2,75%  
Pesquisa Focus divulgada pelo BC nesta segunda (26) mostrou que o mercado elevou a perspectiva para a taxa básica de juros em 2021, ao mesmo tempo que passou a ver contração menor da economia neste e nos anos seguintes.



# Goiás atinge o melhor resultado fiscal do país na pandemia

Levantamento do Tesouro mostra que estado registrou queda em despesas, mesmo com gastos pelo coronavírus

Julio Wiziack

**BRASÍLIA** Mesmo com todos os gastos realizados para a redução do impacto da pandemia da Covid-19, Goiás foi o estado que mais reduziu despesas neste ano.

Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional mostra que, de janeiro a junho, a queda nas despesas públicas goianas foi de 8% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Só seis estados reduziram suas despesas correntes. Goiás também está entre os que têm menor dependência das transferências da União que somam 18% das receitas.

O levantamento avalia as informações fiscais consolidadas de cada estado e inclui todos os Poderes, além de Ministério e Defensoria Públicos.

O desempenho de Goiás resulta da combinação de um decreto do governador Ronaldo Caiado (DEM), que instituiu estado de calamidade pública e prioridades para enfrentar a pandemia, e da atuação de sua secretária da Economia, Cristiane Schmidt.

De viés liberal, como o ministro Paulo Guedes (Economia), ela foi conselheira do Caiado (Conselho Administrativo

de Defesa Econômica) antes de aceitar o convite de Caiado.

No Cade, ela teve dificuldades de articulação política e quase sempre foi voto vencido. Coubaram a ela casos complexos, como a compra da Bovespa com a Cetip, que fez surgir a B3, e a aquisição de uma fatia relevante da XP Investimentos pelo Itau.

Hoje, ela diz ter feito pós-graduação com o governador.

"O Cade foi escola, mas Goiás tem sido pós-graduação", disse Schmidt à Folha. "Precisa respeitar o ambiente político, avaliar o melhor momento para enviar um projeto para a Assembleia Legislativa e estudar como comunicar aquilo que você pretende fazer".

A inabilidade de Guedes com o Congresso foi um dos motivos de o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) delegar a articulação dos projetos da área econômica a um grupo de políticos comandados pelo Planalto.

O aprendizado político com Caiado permitiu que Schmidt conseguisse, por exemplo, negociar com os demais poderes no estado corte de 20% nas transferências obrigatórias a Judiciário e Legislativo (duodécimo) durante a pan-

demia, algo que permitiu uma folga de R\$ 300 milhões.

"Assumimos um estado falido, com déficit de R\$ 4,2 bilhões, sem contar R\$ 1,6 bilhão em salários atrasados", disse.

"Havia 402 obras paralisadas, mais de 4.000 fornecedores com uma dívida de R\$ 1,4

bilhão para receber pelos serviços prestados. Na saúde, os pagamentos estavam atrasados havia 14 meses. Até a merenda escolar e o transporte dos alunos, que são vinculativos, estavam pendentes."

Hoje, tanto a folha de pagamento do estado quanto o crédito consignado estão em dia. A merenda e o transporte escolar também.

"Conseguimos ainda levar adiante um projeto de lei que prevê a privatização de estatais. A parte de geração e transmissão da Celg devem ser leiloadas, atrairão algo como R\$ 1 bilhão", disse.

Segundo parlamentares do estado, por questões políticas, a Saneagro, empresa de saneamento, não será privatizada. "Vamos procurar um parceiro privado para adquirir 49% do capital", disse Schmidt.

Segundo ela, estão na fila das privatizações a Iquego, estatal de medicamentos, a Metrobus e a Goiásgás.

Todos os arranjos realizados até então permitiram que, no terceiro bimestre deste ano, o estado registrasse um superávit orçamentário de R\$ 871,63 milhões, revertendo o déficit do terceiro bimestre de 2019, que foi de R\$ 628,12 milhões.

Desde que assumiu o posto, a secretária definiu que a prioridade seria reformar a Previdência e conter o crescimento dos gastos com inativos. Gastos com pessoal consomem 87% da receita líquida.

"Contratei o Paulo Tafner [economista especialista no assunto] para que elaborasse o nosso plano", disse Schmidt. "Bati perna com ele ao meu lado junto aos Poderes no estado explicando o plano e detalhando a calamidade das contas públicas para mostrar que, sem essa reforma, o déficit de Goiás explodiria."

A reforma foi aprovada e o

estado vai conter gastos de R\$ 8 bilhões em dez anos.

Sempre respaldada por Caiado, Schmidt abraçou a fundamental articulação política. "Não tem economia sem política, são complementares."

Ela obteve apoio das principais lideranças locais. A reforma da Previdência foi aprovada e projetos de lei como o das privatizações também tiveram aval da Assembleia.

A interlocução com a base de deputados e senadores do estado no Congresso também foi intensa. "Não há semana que a gente não se fale", disse.

Em sua mira há diversos projetos de lei. Além do Plano Mansueto, de socorro a estados endividados, e da revisão da Lei Kandir, com impacto sobre a situação fiscal do estado, está atenta ao projeto que prevê revisão na política de incentivos fiscais à indústria automotiva no Nordeste. "Se for tirar incentivo, tire para todos. O Centro-Oeste ficou fora e falei aos parlamentares que isso vai matar a indústria goiana."

A meta agora é melhorar a nota de Goiás no Tesouro. Se subir um degrau na avaliação, poderá retomar pedidos de crédito com aval da União. Hoje, o estado está impedido.

Com todas as medidas de ajuste, como redução de despesas e aumento de receitas, Schmidt quer fazer com que Goiás consiga aderir ao RFF (Regime de Recuperação Fiscal).

Pelas suas projeções, apresentadas há duas semanas à Assembleia, o estado conseguirá fazer políticas públicas com a folga na caixa decorrente das condições do programa de refinanciamento das dívidas. "A saída é o RFF", disse. "Hoje só dá para fazer política pública com 1% da nossa receita. É muito pouco".

## Sobe e desce fiscal

Goiás obteve melhor desempenho no ajuste de contas até junho deste ano

Crescimento, em %, jan-jun de 2020\*



\*Receitas correntes realizadas e despesas correntes líquidas até o 3º bimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

## CHEGOU UOL MED. CONSULTAS PARTICULARES, PREÇOS POPULARES.

Com uma assinatura que cabe no seu bolso, você garante vários benefícios para você e mais três pessoas, podendo ser da família ou amigos, sem pagar mais nada por isso. Além de acesso a descontos em milhares de parceiros pelo Clube UOL.

**Assine agora.**

CONSULTAS A PARTIR DE

R\$ 40

PRESENCIAIS E POR VIDEO.

EXAMES A PARTIR DE

R\$ 4

ATÉ 41%

DE DESCONTO EM MEDICAMENTOS.

ASSINATURA A PARTIR DE

R\$ 12,90

POR MÊS.

Saúde acessível para toda a família

UOL.COM.BR/MED    CONSULTAS - EXAMES - MEDICAMENTOS



# Estado com poucos cadastros sociais recebe menos auxílio

Segundo pesquisador, benefício não repôs perdas onde há menos pessoas inscritas em programas sociais

Diego Garcia

no de auxílio emergencial superou a perda da massa de rendimentos causada pela pandemia em 22 estados do país no primeiro semestre de 2020.

Cinco unidades federativas, porém, não acompanharam essa tendência. São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul não tiveram as perdas compensadas pelo auxílio emergencial.

Os dados fazem parte de estudo dos economistas Ecio Costa, da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), e Marcelo Freire, da Universidade Federal Rural de PE.

De acordo com Costa, o auxílio emergencial foi concebido para amparar informais e beneficiários de programas sociais. Mas chegou de forma mais eficiente aos que já estavam em cadastros de ações sociais do governo.

Os cinco locais em que o benefício não repôs as perdas na renda têm um menor número percentual de pessoas cadastradas em programas sociais, segundo o pesquisador. "Ocorreu o contrário no Norte e Nordeste, onde o cadastro inclui um número maior de beneficiários de programas sociais", afirma.

Na análise do professor, o desenho do auxílio deveria ter sido aperfeiçoado, pois muitos informais teriam não conseguido acesso à ajuda emergencial.

Segundo o levantamento, em valores agregados, o Brasil teve uma perda acumulada de R\$ 65,8 bilhões na massa de rendimentos (soma dos salários de todos os trabalhos das pessoas em determinado período, segundo levantamento do IBGE) no primeiro semestre de 2020 em comparação com igual período de 2019.

Por outro lado, as evidências sugerem que a compensação em auxílio emergencial foi de R\$ 128,3 bilhões apenas no segundo trimestre de 2020.

"Quando comparamos o auxílio com a queda na massa, no valor global ficou 6% acima da perda de renda das famílias", explica Costa. Mas a liberação foi concentrada.

Em 22 estados, o valor liberado do benefício foi maior

do que a perda de renda. São eles Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, Piauí, Paraíba, Alagoas, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Sergipe, Tocantins, Acre, Santa Catarina, Roraima, Rondônia, Amapá, Amazonas, Rio Grande do Norte e Pará.

O estudo mostra que seis estados — Piauí, Pernambuco, Paraná, Goiás, Paraíba e Minas Gerais — tiveram perdas na massa de rendimentos equivalente a mais da metade do que foi ganho em auxílio, já nos demais 22 estados essa relação é de 20%.

De acordo com o levantamento, na comparação com as nove parcelas programadas do auxílio, é possível verificar que o volume de recursos na circulação dos recursos nas economias locais.

O professor Ecio Costa entende que o comportamento do segundo semestre de 2020 vai trazer os efeitos da flexibilização do isolamento social, que promoveu a reabertura de bares, restaurantes, shoppings e do comércio de rua em todo o Brasil.

A redução do auxílio, avalia o pesquisador, tende a ser coberta pelos ganhos provenientes da reabertura gradual em diferentes segmentos de negócio.

“Como o auxílio tem valor fixo de R\$ 600 e atingiu os mais pobres e informais, tivemos uma compensação muito grande nessas regiões em que havia parcela menor de rendimentos

Daniel Duque  
pesquisador da FGV

## Benefício ajudou nas vendas do comércio

O cruzamento de dados do comércio com o resultado do auxílio identifica que a liberação de um volume maior do benefício influenciou na recuperação dos estados. Enquanto estados do Norte e Nordeste tiveram um boom no varejo, catapultados pelo auxílio governamental, o varejo no DF e no RS ajudando a recuperar o nível pré-crise.

O comércio em São Paulo, por sua vez, teve crescimento tímido, enquanto MS e ES observaram aumento inferior a outras áreas do país.

Daniel Duque, pesquisador da FGV, explica que estados do Norte e Nordeste foram mais afetados em termos de mercado de trabalho, especialmente por terem empregos concentrados no setor informal, e por possuírem uma população mais vulnerável em termos de renda menor. Como o auxílio tem valor fixo de R\$ 600 (reduzido para R\$ 500 a partir de outubro) e atingiu os mais pobres e informais, tivemos uma compensação muito grande da renda nessas regiões em que havia parcela menor de rendimentos”, explica o pesquisador.

Um estudo de Duque apontou que os 20% mais pobres tiveram aumento de renda em relação a 2019 graças ao auxílio. “Os estados mais pobres tiveram um ganho de renda e estão com mais recursos”.

Otto Nogami, economista do Inseper, destaca ainda que os quatro estados que receberam menos recursos e DF estão entre os mais afetados pelo colapso no setor de serviços, que segue sem recuperar as perdas na pandemia.

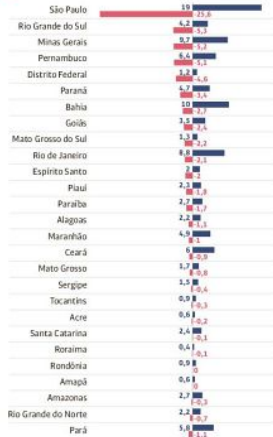
“Nos aglomerados urbanos, o setor de serviços tem um peso maior. Na medida que restaurantes, bares, lançonetes e hotéis ligados ao turismo são fechados, o impacto é muito grande sobre uma parcela maior de trabalhadores”, diz. Ele ainda aponta que a situação deve se complicar em vários locais com o fim do auxílio.

## Auxílio emergencial foi superior à perda de renda no país

em R\$ bilhões

■ Valor estimado de auxílio recebido

■ Valor estimado da variação da massa de rendimentos



Desempenho do comércio nos estados em que o auxílio emergencial foi inferior à perda de renda

Variação no acumulado de ano até agosto, em %

■ Varejo

■ Varejo ampliado\*\*

ES 1,2

SP 0,5

RS 3,4

MT 1,7

DF 6,7

DF 8,1

\*Inclui as atividades de varejo, meios, postos e lojas de material de construção. Fontes: IGPCE e IBGE.

FACULDADE  
FIPECAFI

## Auxílio-doença vale em aposentadoria especial do INSS

SÃO PAULO | AGORA Trabalhadores de áreas insalubres (com risco à saúde) têm o direito de usar períodos de afastamento por doenças, mesmo aquelas sem relação com a profissão, como tempo especial para anteceder a aposentadoria do INSS.

A posição favorável aos segurados da Previdência foi consolidada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) nesta segunda (26), quando o plenário virtual rejeitou um recurso do INSS que contestava o julgamento realizado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em 2019.

A partir de agora, juizes de todas as instâncias devem considerar a orientação do STJ se um trabalhador passou a receber um benefício por incapacidade enquanto exercia uma atividade reconhecida como especial, o tempo em que ele recebeu o auxílio-doença também será contado como especial.

Com a conclusão do caso, sem possibilidade de recurso, também devem voltar a andar na Justiça os processos sobre o tema que haviam sido suspensos em 2018, segundo o IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário). Clayton Castellani

# Nos arredores do Parque do Povo, 24 prédios têm coberturas à venda.

Você deseja, nós encontramos  
Consulte a Bossa Nova Sotheby's

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | CAMPUS | BRASÍLIA | INTERNACIONAL  
SP: 11 3041 9000 | RJ: 21 3500 0370 | bnsr.com.br

Only

Bossa Nova Sotheby's INTERNATIONAL REALTY

## COMUNICADO RELEVANTE ALERTA DE FRAUDE

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S/A (Haitong Brasil) tomou conhecimento de que seu nome tem sido utilizado por terceiros inidôneos e sites falsos para o oferecimento de algumas modalidades de empréstimos. O Haitong Brasil esclarece que é um banco de investimento e NÃO possui licença bancária para concessão de empréstimos pessoais e qualquer informação desta natureza associada a seu nome é falsa. Informamos que o site oficial do Haitong Brasil é <http://www.haitongib.com.br/pt>.

Para mais informações sobre tentativas de fraudes envolvendo empréstimos de instituições financeiras, acesse o site do Banco Central do Brasil: [https://www.bcb.gov.br/acessoainformacao/perguntasfrequentes-respostas/faq\\_golpe](https://www.bcb.gov.br/acessoainformacao/perguntasfrequentes-respostas/faq_golpe)